

1 N.º 3

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ÉVORA EFETUADA NO DIA 31 DE
JULHO DE 2020

2
3
4
5
6
7 Aos trinta e um dias do mês de julho do ano dois mil e vinte, reuniu em Sessão
8 Extraordinária pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade de Évora,
9 localizado no Colégio do Espírito Santo, a Assembleia Municipal de Évora, com a
10 seguinte **Ordem do Dia**:

11
12 **Ponto I – Com base no n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do**
13 **Regimento da AME, a Mesa submete à deliberação da Assembleia os seguintes**
14 **pontos:**

- 15
16 1. **Reposição das Freguesias que foram agregadas/extintas, decorrente da**
17 **aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (proposta da bancada da**
18 **CDU);**
19 2. **Hospital Central do Alentejo em Évora (idem).**

20
21 **Ponto II – Nos termos da Lei n.º 75/2019, de 12 de setembro, a CME apresenta para**
22 **deliberação da AME os seguintes pontos, exceto o n.º 8, que será apenas para tomada**
23 **de conhecimento:**

- 24
25 1. **Prestação de Contas Consolidadas / Relatório de Gestão Consolidado do**
26 **Município de Évora 2019;**
27 2. **Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2020;**
28 3. **Projeto de alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de**
29 **Évora;**
30 4. **Constituição de Júris para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção**
31 **Intermédio de 2º e 3º grau;**
32 5. **Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção**
33 **Intermédio de 3º Grau;**
34 6. **Procedimento de concessão do serviço de transporte público de passageiros**
35 **na cidade de Évora;**
36 7. **Prorrogação do serviço de transporte público de passageiros regular na**
37 **cidade de Évora;**
38 8. **Modificações ao Plano de Pagamentos do ARD, celebrado com a AdVT, no**
39 **âmbito das medidas de resposta à pandemia COVID 19 (para conhecimento).**
40

41 Estiveram presentes os membros da Mesa:

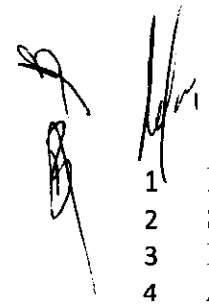
42 **Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

43 **1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

44 **2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

45
46 Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças:

47
48 Adelino Fonseca, Ana Beatriz Cardoso, Ana Luísa Boto, Ana Rita Barrulas (em
49 substituição de Paulo Jaleco), Ananias Quintano, Ângela Caeiro, Antónia Geadas,
50 António Maduro, Carlos Cruz (em substituição Maria Elmina Lopes), Florinda Russo,



1 Frederico Carvalho, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, Jerónimo José, João Canha, João
2 Simas, Joaquim Condeço (em substituição Silvino Costa), Jorge Silva, José Maria
3 Figueira, José Russo, José Vitorino Piteira, Lúcio Guerreiro, Manuel Recto, Maria
4 Antónia Boieiro, Maria Clara Grácio, Maria da Nazaré Lança, Nuno do Ó Cabrita, Nuno
5 Martins, Paulo Alexandre Correia (em substituição Sr. Nuno Alas), Ulisses Couvinha (em
6 substituição Jorge Lourido).

7
8 Verificou-se a ausência do eleito - Joaquim Pimpão.

9
10 A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e
11 pelos(as) Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela,
12 Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

13
14 Pelas vinte e uma horas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão,
15 cumprimentando todos os presentes, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara
16 Municipal, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, o público presente na sala, os técnicos
17 municipais que asseguraram a realização desta Assembleia Extraordinária, bem como os
18 trabalhadores da Universidade que também nela colaboraram.

19
20 **PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO**

21
22 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se haveria na sala público que
23 desejasse intervir, para que fizesse uso da palavra, tendo sido informado que diversos
24 cidadãos presentes o desejavam fazer, tendo-os informado que o público disporia de
25 quinze minutos para apresentação de todos os temas.

26 Constatando existirem diversos cidadãos que pretenderam fazer uso da palavra, sobre o
27 mesmo assunto e existirem dois temas a apresentar, convencionou que os Grupos passar-
28 se-iam a denominar de Grupo 1 e Grupo 2, respetivamente, e que o tempo atribuído para
29 as apresentações se repartiria de igual modo, para ambos os temas/Grupos, chamando
30 ainda a atenção para que quem pretendesse intervir, para ter em atenção o tempo - sete
31 minutos e meio para cada tema, independentemente do número de cidadãos que façam
32 uso da palavra.

33 Solicitou também a cada cidadão que pretenda intervir, que se posicione de frente para o
34 Plenário e que os assuntos agora tratados, obviamente, não poderão fazer parte da Ordem
35 de Trabalhos.

36 Seguidamente apelou a quem pretenda intervir, se deverá inicialmente identificar e
37 informar qual o assunto que irá apresentar, para efeitos de constar na Ata.

38
39 **Sr. Miguel Sintra** - Informou a Assembleia Municipal que o assunto que aqui o trouxe é
40 a Via Ciclo pedonal Bacelo/Centro Histórico, tendo prosseguido com a leitura do texto
41 de um abaixo-assinado, subscrito por um grupo de cidadãos, que representa, solicitando
42 que fique em anexo a esta Ata, dela fazendo parte integrante, e que passou a ler.

43
44 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção ao Sr. Miguel
45 Sintra. Questionou se já tinha concluído e tendo recebido resposta afirmativa, colocou
46 posteriormente à consideração da Assembleia esta intervenção, caso algum membro
47 pretendesse usar da palavra sobre este assunto. Tendo constatado que os membros da
48 Mesa não pretenderam fazer uso da palavra, seguidamente, questionou o Sr. Presidente
49 da Câmara Municipal de Évora se pretendia fazer uso da palavra, tendo este respondido
50 afirmativamente.

1 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Procedeu à apresentação de cumprimentos a
2 todos os presentes, nomeadamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos
3 Membros da Mesa da Assembleia Municipal, ao público e funcionários que prestaram
4 apoio nesta Sessão.

5 Informou tratar-se de uma consideração muito rápida sobre esta matéria, uma vez que já
6 tiveram oportunidade de falar sobre ela na reunião anterior. Informou estar em curso a
7 elaboração de um Plano de Mobilidade, para a cidade de Évora, e não considerarem errada
8 a opção da ligação pedonal/ciclável de ligação com o Centro Histórico, pelo contrário, é
9 uma questão muito sentida e reivindicada pelos moradores, há tempo e que aliás, já está
10 a ser muito usada, mesmo sem estar ainda terminada.

11 Concluiu, informando não partilhar de algumas ideias aqui colocadas e haver,
12 naturalmente, no âmbito desta elaboração, disponibilidade para fazer essa discussão.

13

14 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente
15 da Câmara Municipal e voltou a perguntar se alguém pretenderia fazer considerações
16 sobre este assunto.

17 Uma vez que não, informou que esta matéria ficará a constar da Ata.

18 Prosseguiu a reunião dando lugar ao assunto seguinte, tendo para o efeito chamado a
19 intervir o Sr. Hugo Monteiro, pedindo-lhe o favor de se identificar e de informar qual é o
20 assunto que vai apresentar. Seguidamente informou o Sr. Hugo Monteiro, que o Grupo
21 que representa vai dispor do tempo remanescente, que são nove minutos e quarenta
22 segundos, tendo-lhe passado a palavra.

23

24 **Sr. Hugo Monteiro** – Informou fazer parte de uma Comissão, que trás um abaixo-
25 assinado que a população assinou, subscrito por 420 pessoas residentes na União das
26 Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro, sendo a qualidade da água
27 distribuída pelo serviço público à população de São Manços, um dos graves problemas
28 existentes da vila.

29 Deram conhecimento de todas as emergências e focos a que estiveram expostos do Covid
30 19, nesta humilde freguesia de São Manços e São Vicente do Pigeiro, junto da Câmara
31 Municipal e a situação continuar sem resposta.

32 Considerando que este problema tem como origem a infraestrutura de distribuição de
33 água na freguesia, a Câmara Municipal de Évora é a responsável pela sua gestão.

34 A população, ao apresentar o abaixo-assinado, manifesta o seu desespero pela solução,
35 que é do profundo conhecimento de todos.

36 A população da freguesia exige à Câmara Municipal que atue, de uma vez por todas,
37 procurando por todos os meios necessários, por forma a defender a saúde pública na
38 freguesia, fornecendo água de qualidade e com pressão suficiente para o bom
39 funcionamento da rede.


40 Informou que o abaixo-assinado também foi entregue na União das Freguesias de São
41 Manços e São Vicente do Pigeiro, e frisou que a população em forma de protesto, quer
42 deixar de pagar a água, porque a água está imprópria para consumo, tendo reforçado que
43 isto só se faz por uma questão de saúde pública.

44

45 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e chamou a intervir
46 o Sr. Lourenço Valido, por sua solicitação.

47

48 **Sr. Lourenço Valido** - Cumprimentou todos os presentes e informou que ele e os seus
49 colegas trazem aqui novamente o problema da água de São Manços. Exibiu uma garrafa
50 para que todos pudessem verificar a água a cor da água de São Manços. Referiu que



1 alguma coisa tem que ser feita. Esta é a água do banho, com que lavam os dentes e fazem
2 a sopa. Esclareceu que esta água que aqui trás, já passou previamente por uma máquina
3 com filtro. Informou que não poderão continuar assim e irão protestar até ao fim.
4

5 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e chamou a intervir
6 o Sr. Joaquim Gaivota, conforme seu pedido.
7

8 **Sr. Joaquim Gaivota** – Cumprimentou todos e informou que vem também falar, no
9 seguimento deste mesmo abaixo-assinado da população de São Manços, para poder
10 reforçar esta mesma indignação e também para dizer que já aqui esteve, com este mesmo
11 tema, há doze anos atrás. Considerou ser muito tempo, vive em São Manços, a consumir
12 água da rede pública todos os dias e tem a informação que a água que consome é
13 considerada como das piores. Os técnicos da Câmara Municipal sabem-no, porque iam
14 todos meses à sua casa fazer os testes. Estes mesmos testes foram deixados de fazer. A
15 água continua na mesma, está imprópria para consumo. Considerou de lamentar que a
16 Câmara Municipal, ao fim de dez, doze anos, ainda não tenha tido um cuidado, visto
17 tratar-se de uma questão de saúde pública. Questionou se muitas das mortes que
18 aconteceram em São Manços não estarão relacionadas com o consumo desta mesma água.
19

20 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e chamou o Sr.
21 José Inácio, a seu pedido.
22 (Esta intervenção não está audível na gravação recebida)
23

24 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e colocou à
25 consideração da Assembleia este assunto, se algum membro quer usar da palavra sobre
26 este assunto, tendo a eleita, Florinda Russo, manifestado interesse em intervir, tendo-lhe
27 de seguida entregue a palavra.
28

29 **Sra. Florinda Russo** – A eleita Florinda Russo cumprimentou o Sr. Presidente e todos
30 os demais presentes e declarou que não poderia deixar de falar, e de aqui voltar a insistir
31 neste assunto, que já é um assunto que todos conhecem, que não é novidade para ninguém,
32 assunto que desde o primeiro dia que pisou esta Assembleia tem sido debatido e rebatido,
33 assunto que sempre tem tentado resolver por todos os meios e sempre sem obter resposta.
34 Logicamente que apoia a sua população, e que com todas as forças, irá tentar fazer, com
35 aquele abaixo-assinado que entregaram na Junta de Freguesia, tudo o que puder,
36 nomeadamente encaminhar para todas as instâncias, para que realmente desta vez seja
37 resolvido, de uma vez por todas, e, apelou também para a questão do não pagamento da
38 fatura da água, informando que também irá apoiar a população nesse sentido.
39 Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para unir esforços, colocando a saúde
40 pública em primeiro lugar, e defendendo assim a população de S. Manços, deixando a
41 parte política, devendo seguir em frente, referindo que aqui estará para apoiar a sua
42 população.
43

44 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e perguntou de
45 novo à Assembleia se algum dos presentes desejaria intervir, tendo então dado a palavra
46 ao Sr. José Vitorino.
47

48 **Sr. José Vitorino** – Cumprimentou todos os membros da Mesa, o Sr. Presidente da
49 Câmara Municipal, Vereadores e todos os restantes colegas e informou que veio aqui para

1 se solidarizar com a população de São Manços, e, afirmar que não se pode ficar refém
2 dos maus negócios realizados com as Águas do Centro Alentejo.
3 A qualidade da água é condição preponderante na saúde pública, a que agora acresce o
4 problema da pandemia, ao qual não poderemos ficar alheios.
5 Referiu ainda, que tal como apoia a população de São Manços na posição de deixar de
6 pagar á água, também declarou o seu apoio para que a Câmara Municipal de Évora não
7 continue a pagar às Águas do Centro Alentejo.
8 Considerou uma “atrocidade” aqueles milhões de euros pagos às A.C.A., ao longo dos
9 anos, sem ter nada em troca.
10 Referiu ser evidente que a A.C.A. tem feito aquilo que é da sua competência, que é
11 melhorar as vias para fornecimento de água. Mas, a Câmara Municipal com o valor que
12 tem pago ao longo dos anos às A.C.A., perdeu a capacidade financeira para realizar as
13 melhorias necessárias ao nível da rede em baixa.
14 Contudo, considerou que a Câmara Municipal tem capacidade para fazer um pouco mais.
15 Ser evidente que a água, pela cor que apresenta, não parecer própria para consumo, no
16 entanto, não discute se a mesma tem qualidade ou não, mas referiu que mantendo aquela
17 cor, ninguém a irá beber ou sequer tomar banho com ela.
18 Concluiu, considerando já ter passado muito tempo para resolução de um problema desta
19 natureza.

20
21 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e partilhou que
22 numa anterior Sessão desta Assembleia, realizada em São Manços, em 2006/2007? Então
23 na qualidade de eleito na Câmara Municipal, nessa Assembleia descentralizada, o
24 Presidente da Câmara de então, foi presenteado com uma garrafa igual à que agora
25 entregaram, com um líquido parecido com este.
26 Compreenderão a sua estupefação, dado ter havido, nessa altura, promessas de resolução
27 do problema e ter havido muito tempo decorrido.
28 Referiu que a anterior gestão, teve mais do dobro do tempo para resolução deste
29 problema.

30
31 **Sr. José Russo** – O eleito José Russo cumprimentou e desejou uma boa noite a todos os
32 presentes e declarou que a questão da água de São Manços, como já foi anteriormente
33 aqui afirmado, ser uma questão antiga.
34 Informou que apoia os moradores de S. Manços que optarem por não pagar a fatura da
35 água, enquanto o problema não estiver resolvido.
36 Referiu que o problema não será fácil de resolver e que estava curioso para ouvir o que o
37 Sr. Presidente da Câmara Municipal tem para dizer sobre este assunto, mas ainda assim,
38 não quis deixar de manifestar a sua solidariedade com esta luta do Povo de S. Manços,
39 imaginando que não será de fácil resolução, mas não será pelo facto de não ser de fácil
40 resolução, que não tenha que se encontrar uma solução.
41 Efetivamente quando se olha para essa água, não ser aceitável podermos pensar que se
42 pode fazer alguma coisa com ela.
43 Declarou também ter agora a mesma opinião que teve há doze anos atrás, quando essa
44 questão foi colocada na Sessão da Assembleia Municipal de então, uma vez que também
45 lá esteve, e também nessa altura teve a oportunidade de manifestar a mesma opinião.
46 Acrescentou ainda ser de facto lamentável esta situação manter-se, não se tendo
47 conseguido resolver ainda este problema. É preciso olharmos de frente e dar-lhe uma
48 solução.

49

1 **Sr. Frederico Carvalho** – O eleito Frederico Carvalho cumprimentou e desejou uma boa
2 noite a todos os presentes e manifestou a sua solidariedade perante esta situação, que
3 recordou, no final de 2017, início do presente mandato, a Sra. Presidente da União das
4 Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro ter apresentado este tema, e, também
5 se recorda de terem sido informados, nessa altura, que eram realizados testes à qualidade
6 da água e não ter sido detetado qualquer tipo de problema.

7 Referiu ainda que obviamente para além da água poder ter qualidade, certo é que ninguém
8 a irá beber, com aquela tonalidade.

9 Naturalmente, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que se
10 poderá fazer para resolver o problema do abastecimento de água a São Manços? E,
11 também questionar a Sra. Presidente da União das Freguesias de São Manços e São
12 Vicente do Pigeiro, se tomou alguma medida, nomeadamente se fez chegar junto do
13 Delegado de Saúde Pública queixa sobre esta questão? Gostaria muito de saber qual terá
14 sido a opinião desta entidade.

15
16 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e passou a palavra
17 à eleita Ângela Caeiro.

18
19 **Sra. Ângela Caeiro** – A eleita Ângela Caeiro cumprimentou e desejou uma boa noite a
20 todos os presentes, tendo referido que a questão da água de São Manços já foi aqui várias
21 vezes falada, mas nada como ver uma amostra para perceber que a situação é preocupante.
22 Considerou lamentável que tenham passado onze anos, como aqui foi dito, e que nem
23 quando a Câmara Municipal foi liderada pelo Partido Socialista, e, agora pela CDU, a
24 situação esteja resolvida.

25 Aconselhou a que todos tomem consciência da urgência de priorizar este problema para
26 que não se deixe arrastar por mais anos, o bem-estar da população deve colocar-se em
27 primeiro lugar.

28
29 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e passou a palavra
30 ao eleito Bruno Martins.

31
32 **Sr. Bruno Martins** – O eleito Bruno Martins cumprimentou e desejou uma boa noite a
33 todos os presentes, tendo seguidamente declarado, em nome do Bloco de Esquerda e em
34 seu próprio nome, que não poderia deixar de manifestar toda a solidariedade para com a
35 população de São Manços.

36 Considerou que todos os executivos políticos têm responsabilidade e tal deve ser colocado
37 à consideração da população. No entanto, os políticos que aprovaram tais decisões, os
38 culpados, devem dar a cara, não só à população de São Manços, mas a toda a população
39 do Município de Évora.

40 A Câmara Municipal deve procurar, dentro das suas competências, desenvolver todos os
41 esforços para resolver de vez esta situação, devendo adotar uma posição mais forte, mais
42 corajosa, para o resolver.

43 Não pretendeu comentar a qualidade da água, tendo reforçado, à semelhança do que já
44 teve oportunidade de dizer à Sra. Presidente da União das Freguesias, considerar perigoso
45 insinuar existirem problemas de saúde, devido à qualidade da água. Aconselhando
46 cuidado quando se profere uma afirmação dessa gravidade, porque não temos
47 competência para o afirmar. No entanto, compreende que a população tenha essas
48 dúvidas.

1 Relembrou que a responsabilidade da gestão da água no passado esteve sob a tutela
2 municipal e que nos mandatos liderados pelo Partido Socialista, no passado, nada terem
3 feito pela população de São Manços.

4 Tratando-se de um problema demasiado antigo, com demasiados culpados, considerou
5 ser de facto natural que a população de São Manços esteja cansada, percebendo-se
6 obviamente a sua revolta ao receberem uma fatura para pagamento desta água, contudo,
7 mais do que “não pagar a água”, devemos olhar para o negócio que foi estabelecido com
8 as Águas do Centro Alentejo, agora, Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

9 Todos os que tiveram responsabilidade neste negócio, devem assumir o que fizeram no
10 passado e em conjunto, tomar uma posição de força para exigir ao Governo, uma alteração
11 a este Contrato, de modo a permitir que a situação reverta, e, dar lugar à gestão municipal
12 da Água. Sem essa gestão municipal, nenhum executivo vai conseguir resolver, nem o
13 problema da população de São Manços, nem de todo o município.

14 Concluiu, afirmando que é necessário adotar uma posição concertada, considerando que
15 nenhuma força política do executivo vai conseguir resolver o problema da água em Évora,
16 de forma isolada.

17 Considerou importante que fique claro para toda a população, e que todos os eleitos de
18 todos os Partidos sejam capazes de o transmitir, que este negócio é ruinoso e que enquanto
19 não for resolvido, retira a capacidade de gestão e operância a qualquer executivo
20 municipal.

21

22 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e passou a palavra
23 ao eleito Jerónimo José.

24

25 **Sr. Jerónimo José** – O eleito Jerónimo José cumprimentou e desejou boa noite a todos
26 os presentes e informou, que em primeiro lugar o partido Socialista se solidariza com a
27 população de São Manços.

28 Não querendo responder ao Sr. Bruno Martins, pretendeu recordar algumas coisas que já
29 foram ditas aqui. Foi de facto durante a gestão do Partido Socialista que foi contratado
30 com as Águas de Portugal. À época o Executivo e a Assembleia assim o decidiram.

31 Posteriormente, o Sr. Dr. José Ernesto D’Oliveira, veio aqui publicamente reconhecer,
32 perante toda a Assembleia, que de facto se tinha arrependido do negócio, e, que se sentia
33 até ele próprio enganado com a forma como foi conduzido o processo.

34 Dito isto, as Águas do Centro Alentejo têm responsabilidade, logicamente, porque,
35 independentemente de quem fez o acordo, o que é certo é que a relação contratual entre
36 a Câmara Municipal, independentemente, seja de que partido for, as Águas do Vale do
37 Tejo são acionistas das Águas de Portugal. A Câmara Municipal tem um Contrato, tendo
38 por isso, deveres e obrigações. É possível negociar com as Águas de Portugal, porque até
39 já noutras circunstâncias, como foi o exemplo do caso dos Canaviais, embora numa fase
40 inicial, o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito que nada conseguiria fazer, tendo
41 demorado dois anos a responder ao Estudo Prévio, mas já há uma resposta ao Gabinete
42 de Projetos das Águas de Portugal, e neste momento aguardamos.

43 Isto não é mais, do que mais uma vez, a inércia de um Executivo que se apresentou para
44 resolver os problemas. Quando colocamos as culpas apenas em quem contratualizou,
45 também temos que olhar para o que foi prometido à população de Évora – que se haveriam
46 de resolver os problemas e que estariam à altura.

47 O Executivo que exerce funções tem que encontrar soluções para os seus munícipes e nos
48 casos em que a Fiscalização Municipal verifique a ligação de poços privados à rede
49 pública de água, na freguesia, devem os responsáveis ser responsabilizados/notificados.
50 Contudo, estas irregularidades não devem impedir a resolução do problema.

1
2 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou os presentes que ainda podem
3 dispor de quatro minutos e, caso hajam interessados, devem dirigir-se ao Plenário.

4
5 **Sr. Hugo Monteiro** – Interveio para informar o seu desagrado pelo facto de ter havido
6 um milhão de euros para construir uma Ciclovia, e não haver idêntica verba para resolver
7 o problema da água de São Manços.

8
9 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se algum membro da
10 Assembleia pretende usar da palavra. Não tendo havido, passou a palavra ao Sr.
11 Presidente a Câmara Municipal.

12
13 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Informou haver de facto duas questões
14 relevantes, uma é uma questão política a outra, é uma questão de Saúde Pública.
15 Continua a haver um problema grave em todo o Concelho de Évora, relacionado com a
16 água, a vários níveis, traduzido pelo facto do município de Évora ter pago às Águas de
17 Portugal, até ao final do ano passado (2019), mais de cem milhões de euros pela compra
18 de água.

19 Considerou ser este dado muito importante - cem milhões de euros, pagos pela Câmara
20 Municipal para a compra de água.

21 Referiu também ser importante, perceber que de facto esta ser obviamente uma questão
22 política. Contudo, é uma questão que ainda não se resolveu porque o governo, o atual e
23 os anteriores, entenderam e entende que estas competências não devem ser devolvidas à
24 Câmara Municipal, impedindo que a gestão das redes de água e saneamento volte ao
25 município. Não se compreendendo as razões, uma vez que esta Assembleia e a Câmara
26 Municipal já tomaram essa decisão.

27 Informou que relativamente à importante questão aqui colocada – Porque é que a Câmara
28 Municipal gasta mais de um milhão de euros na Ciclovia, ou no Teatro Garcia de Resende,
29 ou na recuperação do Salão Central, e não tem verba para resolver o problema da água de
30 São Manços, a resposta para esta questão ser simples. Os valores gastos nas obras
31 referidas, são importâncias que a Câmara Municipal candidatou a Programa Comunitário
32 da União Europeia, denominado – Programa Operacional da Região Alentejo, que
33 financia exclusivamente estes projetos, mas não financia a realização das obras
34 necessárias à resolução do problema da água de São Manços.

35 Mais grave, as Câmaras Municipais estão impedidas de candidatar projetos para resolução
36 destes problemas, da rede em baixa. Não o podendo fazer, a não ser que aceitem,
37 posteriormente, “entregar” toda a rede às Águas de Portugal.

38 Resumindo, a Câmara Municipal quer resolver o problema, já tem o projeto, mas não o
39 pode candidatar, se não aceitar entregar a gestão total das redes às Águas de Portugal.

40 Salientou ainda, como resposta a este problema da população, que a Câmara Municipal
41 apresentou uma candidatura a um outro Quadro Comunitário de Apoio, no passado, mas
42 foi recusada devido ao estado financeiro em que a Câmara se encontrava, nessa data.

43 Referiu ainda que o compromisso que este Executivo tomou, foi que quando estivesse em
44 condições de avançar com o projeto para resolução deste problema, o faria de imediato.
45 Para tal, era necessário “sair” do Programa de Apoio à Economia Local – P.A.E.L.. A
46 Câmara conseguiu sair do P.A.E.L. em final de 2019, e presentemente estamos a preparar
47 uma solução para responder ao problema da água de São Manços.

48 Concluiu a intervenção afirmando que este foi o compromisso que foi assumido
49 anteriormente, e é o compromisso que é assumido agora. Relativamente à data da
50 resolução, não a poderá ainda informar com exatidão, mas reafirmou o compromisso

1 deste Executivo, transmitido em várias Assembleias, que não foi possível solucionar-lo
2 mais cedo, porque só em final de 2019 a Câmara Municipal conseguiu “sair” do P.A.E.L.

3
4 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
5 eleito Jerónimo José.

6
7 **Sr. Jerónimo José** – O eleito Jerónimo José interveio para fazer a seguinte observação e
8 apresentação.

9 A observação refere-se ao facto de parecer que a Câmara Municipal não tem orçamento
10 para coisa nenhuma.

11 A questão refere-se a ter ouvido em várias Assembleias, quanto era preciso para fazer as
12 alterações e que hoje, já estão previstos programas, através dos quais se podem fazer
13 algumas intervenções.

14 Pretendeu também deixar uma sugestão relativamente às infraestruturas básicas. Existem
15 atualmente candidaturas a que a Câmara Municipal se poderá candidatar, à semelhança
16 do optado por muitas Câmaras, que recorrem a estes fundos, aproveitando os recursos da
17 Câmara.

18 Acrescentou que se pretende utilizar este problema como instrumento político,
19 considerando ser esta uma opção política.

20
21 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
22 eleito Adelino Fonseca.

23
24 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito Adelino Fonseca iniciou a sua intervenção
25 cumprimentando todos os presentes e colocando a questão seguinte, afirmando não ter
26 entendido:

27 - “O Sr. Presidente da Câmara Municipal acabou de afirmar que não pode, ou que a
28 Câmara está impedida de intervir nas redes em baixa, tendo dito também, que saindo do
29 P.A.E.L. já poderá intervir. Não percebi. Está impedida de intervir nas redes em baixa, a
30 não ser que entregue a gestão das redes em baixa às Águas do Vale do Tejo, depois a
31 seguir diz que vai intervir, porque como já saiu do P.A.E.L., já não há impedimentos
32 financeiros, é uma contradição que não entende e era para ter esses esclarecimentos”.

33
34 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra à
35 eleita Florinda Russo.

36
37 **Sra. Florinda Russo** – A eleita Florinda Russo informou que a sua questão vem no
38 mesmo sentido da intervenção anterior, do colega Adelino Fonseca.

39 Inicialmente percebeu que a Câmara Municipal não podia, posteriormente parece que já
40 pode, que já está a planear fazer a obra, tendo interrogado o Sr. Presidente da Câmara se
41 afinal a obra vai ter início.

42
43 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
44 eleito José Russo.

45
46 **Sr. José Russo** – O eleito José Russo declarou que após ter ouvido as intervenções
47 anteriores, agora ser ele que não percebia as posições do Partido Socialista.

48 Referiu que toda a gente já percebeu que este problema não tem uma solução fácil. Caso
49 tivesse uma solução fácil, o Partido Socialista nos mandatos anteriores, em que geriu a
50 Câmara Municipal, tinha-o resolvido e não o resolveu.

1 Considerou importante que o Povo de São Manços saiba que não foi possível a esta gestão
2 resolver o problema até ao final de 2019, devido às condições impostas pelo P.A.E.L., e
3 que a responsabilidade exclusiva dessa dívida é do Partido Socialista.

4 Acrescentou ainda que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, nesta Assembleia, acabou
5 de afirmar que a Câmara Municipal vai avançar com a obra, sendo isso que o Povo de
6 São Manços quer e precisa.

7
8 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito Adelino Fonseca informou que na sua intervenção
9 anterior pediu o esclarecimento de questões que considerou contraditórias.

10 Referiu que a questão em discussão é uma responsabilidade deste governo, dos anteriores
11 e dos executivos, que urge resolver urgentemente. Está nesta Assembleia há três anos e
12 solicitou uma explicação ao Sr. Presidente, só precisa de uma resposta.

13
14 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara
15 Municipal se pretende intervir e fazer uso da palavra.

16
17 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Considerou curiosa a lógica defendida nas
18 intervenções anteriores, que se traduzem no seguinte: - O Presidente da Câmara não
19 resolve o problema da água de São Manços, para daí não retirar dividendos políticos.

20 Afirmou que naturalmente o Presidente tirará dividendos políticos se resolver,
21 obviamente.

22 Esclareceu considerando ser a questão muito clara, como já tinha anteriormente
23 informado, as Câmaras Municipais encontram-se impedidas de candidatar os projetos de
24 remodelação das redes de água em baixa, a não ser, como já referido, que aceite a
25 condição de, após a conclusão da remodelação, entregar a gestão da água da rede pública
26 à Empresa Águas de Portugal.

27 Perante esta condição inaceitável, e dada a situação de rutura financeira em que a Câmara
28 Municipal se encontrava à época, não foi possível resolver o problema, com a celeridade
29 que todos ambicionávamos, restando-nos aguardar e resolver o grave problema financeiro
30 com que nos debatíamos.

31 Presentemente a situação financeira do município estabilizou, como é do conhecimento
32 de todos, tendo sido possível sanear o P.A.E.L., e começamos agora a ter condições para
33 fazer a intervenção. Caso continue a não haver financiamento do Quadro Comunitário de
34 Apoio, pelo que sabemos, estes projetos continuam sem enquadramento, a Câmara
35 Municipal avançará com verbas do seu próprio orçamento.

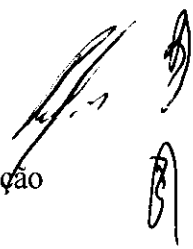
36
37 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
38 eleito Frederico Carvalho.

39
40 **Sr. Frederico Carvalho** – O eleito Frederico Carvalho afirmou que esta troca de palavras
41 o leva a colocar três questões.

42 Em primeiro lugar o Sr. Presidente assume que é da sua inteira responsabilidade, a
43 intervenção para a remodelação/infraestrutura de água em baixa na freguesia de São
44 Manços.

45 Em segundo lugar, afirma que quando existir verba disponível em orçamento, por parte
46 do Executivo, interrogando quais os valores previstos que falamos.

47 Em terceiro lugar, ter-se falado recorrentemente nesta questão, se há algum interesse da
48 parte do Executivo em criar algum valor, quais os custos iniciais e em quanto irão
49 importar a médio e longo prazo.



1 Questionou também se existirá algum interesse por parte do Executivo para a realização
2 de um Estudo para a remodelação da rede de Águas do Concelho de Évora.

3
4 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
5 eleito Adelino Fonseca.

6
7 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito Adelino Fonseca declarou que gostaria que as declarações
8 que proferiu anteriormente, fossem ouvidas nas gravações.

9 Esclareceu que fez uma afirmação sobre os fundos comunitários e outra sobre os custos
10 da intervenção. Pretendeu apenas obter um esclarecimento sobre questões que lhe
11 pareceram contraditórias. No entanto, o que entende que todos desejam, é a obra feita em
12 São Manços.

13 Acrescentou que caso se pretendam apurar as responsabilidades, em sua opinião,
14 considera serem de todos.

15 Concluiu a intervenção esclarecendo que fez uma afirmação sobre os Fundos
16 Comunitários e uma outra, sobre a intervenção e que medidas pretende o Executivo tomar,
17 num quadro de execução da solução.

18
19 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
20 Sr. Presidente da CME.

21
22 **Sr. Presidente Câmara Municipal** – Informou que cabe ao município intervir na rede
23 em baixa.

24 No entanto, como é sabido, o problema da água de São Manços teve início quando a
25 gestão da água em alta, foi entregue no passado, às Águas do Centro Alentejo. Foi nessa
26 altura alterada a origem da água, e foi precisamente essa alteração da origem da água que
27 provocou este problema.


28 Não se pode excluir a responsabilidade que as Águas do Centro Alentejo, agora Águas de
29 Lisboa e Vale do Tejo tem, porque foi a alteração da origem da água fornecida à
30 população de São Manços, a causadora principal deste problema, não sendo a única.

31 Esclareceu que o que afirmou anteriormente foi o seguinte: - “Independentemente da
32 responsabilidade da alteração da origem da água fornecida à população de São Manços
33 pela Empresa agora denominada Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a Câmara Municipal
34 deve procurar resolver este sério problema, não se permitindo agora entrar em
35 pormenores, por considerar não ser o momento e não ser essa agora a questão
36 fundamental”.

37 Informou que a Câmara Municipal tem um valor global estimado para a remodelação da
38 rede em baixa de todo o concelho: – O valor necessário para a remodelação da rede em
39 baixa são vinte milhões de euros.

40 Este problema não é apenas do município de Évora, é de todo o país. Todas as redes de
41 água em baixa do país, com exceção de um ou outro concelho, que de alguma forma
42 conseguiu resolver o problema, todas as redes em baixa do país têm problemas de
43 envelhecimento e necessidade de alteração. Incluindo também a necessidade de fazer
44 redes separativas, em particular, nas zonas históricas, onde o valor é muito mais elevado.
45 Esclareceu que entende, que deveria haver, como já houve, por parte dos fundos
46 comunitários um apoio, para que parte desta verba tivesse possibilidade de financiamento.
47 Infelizmente, não há essa possibilidade, nem para as redes em alta, nem para as redes em
48 baixa.

49 Adiantou que o valor previsto para a remodelação da rede em São Manços, é um valor
50 que provavelmente ultrapassará um milhão de euros.



1 Admitindo, contudo, conforme foi afirmado já em anteriores Assembleias, que a obra
2 poderá ser feita por fases, porque há zonas da rede onde o problema é mais complicado e
3 zonas da rede onde o problema é menos complicado. Esta questão, do faseamento da
4 remodelação da rede de água deverá ser definida, para além de haver ainda a possibilidade
5 de se conseguir resolver o problema, incluindo as zonas onde existe menos impacto.
6 Concluiu, admitindo realizar a remodelação da rede por fases, mas o valor global
7 estimado, não é o valor já definido, mas ultrapassa o milhão de euros.

8
9 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente
10 da Câmara Municipal e deu a palavra ao eleito Nuno Cabrita.

11
12 **Sr. Nuno Cabrita** - O eleito Nuno Cabrita deu início à sua intervenção, cumprimentando
13 e desejando uma boa noite a todos os presentes.

14 Informou a assembleia que ouviu todas as intervenções com atenção e considerou não ter
15 sido focado o ponto essencial. Estas situações só aconteceram devido ao ruinoso negócio
16 da água, firmado no passado e ao qual o Partido Socialista não é alheio, tendo tido
17 inequívocas responsabilidades nesta matéria, não havendo assim outra forma de o dizer.
18 Este negócio que se firmou no passado e que tem sido permitido pelos vários governos
19 durante todo este tempo, resultou numa fatura para o município que se contabilizam em
20 valores na ordem dos 100 milhões de euros, ao longo destes últimos anos.

21 Obviamente também e em consequência, se a Câmara não tivesse ficado “*falida*” talvez
22 tivesse sido possível encarar este problema de outra forma, com a sua resolução atempada
23 e com o resultado esperado pelas populações. Infelizmente uma Câmara “*falida*”, tem de
24 aplicar todos os seus recursos disponíveis para a resolução de muitos outros
25 problemas, ficando assim e naturalmente outros tantos por resolver, porventura os mais
26 graves e dispendiosos.

27 Salientou a importância do esclarecimento das populações para que percebam com
28 clareza que permitir a privatização da água, é precisamente, o que está na origem deste
29 grave problema.

30 Afirmou não compreender como se pode concordar com a privatização de um bem
31 público como é o caso do abastecimento da água, alertando que não é só a água que “*está*
32 *na calha*” para a privatização, mas também outros bens de interesse público, considerando
33 ser irresponsável e inconsequente que os mesmos que consentiram a privatização do
34 sistema de abastecimento público às populações, venham agora, exigir que a Câmara
35 resolva o problema, revertendo uma situação que criaram de forma meticulosa, para que
36 não pudesse ser revertida, desde logo, porque foram dadas todas as garantias necessárias
37 aos privados para que tal não acontecesse.

38 Considerou inacreditável constatar que, no decorrer das intervenções anteriores, os
39 mesmos que promoveram e aceitaram a privatização da água, aqueles que concordaram
40 com o pagamento de “*rios de dinheiro*” público a uma empresa privada pelo fornecimento
41 da água às populações, venham agora exigir uma resolução contra a solução que
42 engenhosamente criaram.

43 Considerou assim que, em sua opinião existem duas alternativas para encarar esta
44 questão: Ou aceitamos a realidade deste contrato e aceitamos também as enormes
45 dificuldades que o município terá para resolver as questões de abastecimento de água com
46 ele relacionadas, designadamente financeiras, não podendo assim reclamar com a
47 realidade que criámos, ou não a aceitamos e fazemos tudo ao nosso alcance para reverter
48 esta situação, designadamente junto do governo, para devolver o controle da água pública
49 aos municípios. É este o problema que se põe, não sendo assim nem legítimo nem honesto
50 ficar a navegar entre estas duas posições.

1 Não pretendeu concluir a intervenção sem dizer que considera este problema revoltante.
2 Discutir-se basicamente como é que a Câmara pode resolver o problema do abastecimento
3 da água pública, sem se discutir a verdadeira génese do problema. Privatizou-se a água
4 pública, com os inerentes e enormíssimos encargos daí decorrentes, amplamente
5 observados por esta assembleia e enquanto assim for, não vai ser possível à Câmara
6 resolver facilmente os problemas daí decorrentes.

7 Concluiu, afirmando que as pessoas, populações e eleitos, não podem deixar de pensar na
8 responsabilidade das suas decisões, com as suas consequências no seu futuro e no futuro
9 da cidade e que assim deverão ter todo o cuidado quando tomarem opções sobre estas
10 matérias, sobre a privatização dos bens públicos em favorecimento de interesses privados
11 e do lucro. Os negócios ruinosos que se fizeram no passado, significaram a falência da
12 Câmara e é esta a fatura que estamos todos a pagar e que iremos continuar a pagar.

13

14 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Declarou que a Mesa não pode deixar de
15 agradecer a presença e intervenção dos grupos de cidadãos, que se apresentaram aqui na
16 defesa da mobilidade, como o grupo de cidadãos moradores de São Manços, que aqui
17 trouxeram o problema da água, o facto de terem trazido ao conhecimento desta
18 Assembleia, ou melhor, a debate, porque a Assembleia já tinha conhecimento destes
19 assuntos.

20 Convidou os grupos de cidadãos a assistirem à restante Sessão Extraordinária da
21 Assembleia Municipal de Évora.

22

23 **Ponto I – 1. Reposição das Freguesias que foram agregadas/extintas, decorrente da**
24 **aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro – proposta da bancada**
25 **da CDU.**

26

27 Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos
28 seguindo a Ordem do Dia. Colocou à consideração da Assembleia o Ponto I – 1., proposto
29 pela bancada da CDU: - Reposição das Freguesias que foram agregadas/extintas,
30 decorrente da aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (proposta da bancada da
31 CDU).

32 Seguidamente deu a palavra ao eleito Adelino Fonseca, resposta à sua solicitação.

33

34 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito Adelino Fonseca declarou que se dirige à Mesa a
35 propósito das duas moções integradas na Ordem de Trabalhos, formuladas pela CDU,
36 porque é seu entendimento que a CDU, ainda que sem infringir o quadro legal em vigor,
37 trouxe a esta Assembleia duas moções, numa demonstração clara de “*expediente*”, de
38 contorno da natureza desta Assembleia, que é extraordinária, logo sempre ad-hoc, sem
39 Ordem de Trabalhos, com a introdução dos mesmos como pontos da Ordem de Trabalhos,
40 o que não deixa de ser lamentável, do ponto de vista da ética política, prática que as outras
41 forças políticas, souberam sempre respeitar os princípios estatuídos.

42

43 Concluiu que a CDU não olha a meios para atingir os fins e tratar-se de uma conduta que
44 na sua essência não dignifica esta Assembleia, afirmando que a Ética e a Política devem
45 convergir entre si, assim deveria ser dentro desta Assembleia.

46

47 Acrescentou não pactuarem com a prática governativa municipal, que combina
48 sistematicamente a retórica, com o populismo, neste caso de esquerda e que o P.S. não
49 deixará de informar e alertar os eborenses desta prática governativa que está demonstrada,
50 ao longo dos sete anos de mandato.

1 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e passou a palavra
2 ao eleito José Maria Figueira, que apresentou um ponto de Ordem à Mesa, tratando-se de
3 um protesto.
4

5 **Sr. José Maria Figueira** – O eleito José Maria Figueira, em nome da bancada da C.D.U.
6 pretendeu manifestar o seu protesto pela declaração acabada de proferir por um membro
7 do Partido Socialista.
8

9 Esclareceu que de acordo com as fontes normativas que regem o funcionamento das
10 Assembleias Municipais, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que
11 estabelece, entre outros, o regime jurídico das Autarquias Locais e o Regimento, referindo
12 nomeadamente os seus artigos, 16º - ponto 1 e artº 32º, ponto 2, ser uma competência
13 consagrada, que qualquer membro da Assembleia Municipal pode agendar em reuniões
14 Extraordinárias da Assembleia, os pontos que considerar do interesse comum.
15

16 Neste sentido não poderia deixar de registar esta intervenção, esta sim, demagógica e
17 populista, pronunciada por um membro do Partido Socialista, que efetivamente não
18 considera aquilo que em termos regimentais está estatuído, assumido, que permite que
19 qualquer membro da Assembleia Municipal, no cumprimento escrupuloso do Regimento,
20 apresente os pontos que considerar pertinentes, seja em reuniões da Assembleia
21 Municipal Extraordinárias, ou em reuniões Ordinárias.
22

23 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Interveio relativamente a esta matéria para
24 informar que os referidos Pontos, referidos pelo eleito Adelino Fonseca foram
25 naturalmente submetidos à aprovação da Mesa. A Mesa decidiu pela sua inclusão na
26 Ordem do Dia, no âmbito do cumprimento de todo o articulado Regimental.
27

28 A Mesa da Assembleia decidiu pela inclusão dos mesmos, conforme permissão prevista
29 no mesmo Regimento.
30

31 Aproveitou para dizer também o seguinte: - “O Sr. Adelino Fonseca já por mais que uma
32 vez, nas Assembleias proferiu críticas e observações à Mesa, lamentando o facto de os
33 Pontos da Ordem do Dia serem sempre oriundos da Câmara Municipal, ou solicitados
34 pela Câmara Municipal e nunca a Assembleia Municipal apresentar os seus próprios
35 pontos.
36

37 Pretenderá que perante uma força política que propõe a inclusão de pontos na Ordem do
38 Dia, cumprindo com rigor o Regimento da Assembleia, a Mesa não o dever aceitar, não
39 o dever incluir, porque o Sr. Adelino Fonseca discorda dos Pontos”.

40 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito Adelino Fonseca informou que o que começou por dizer
41 sobre a inclusão das Moções na Ordem de Trabalhos, não estar em questão o cumprimento
42 do Regimento, a sua legalidade. Aquilo a que se referiu, aquilo que trouxe à Mesa,
43 questionando se não se fez entender, se se terá expressado mal ou se alguém terá
44 dificuldade em ouvir, e esclareceu que a possibilidade da inclusão dos pontos é
45 regimental, é legal introduzir estes pontos de interesse, podem estar incluídos na Ordem
46 do Dia, não é isso que está em causa. O que está em causa é a ética política, é a
47 democracia, referindo estar a falar de comportamentos justos. Foi isso que pretendeu
48 falar, foi isso que o moveu ao apresentar este Ponto de Ordem à Mesa.
49

1 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou ficarem registadas as
2 considerações do eleito Adelino Fonseca, e solicitou seguidamente à bancada da CDU
3 que passasse à apresentação do **Ponto I -1. da Ordem do Dia - Reposição das**
4 **Freguesias que foram agregadas/extintas, decorrente da aplicação da Lei n.º 11-**
5 **A/2013, de 28 de janeiro**, tendo dado a palavra ao eleito José Russo.

6
7 **Sr. José Russo** – O eleito José Russo deu início à sua intervenção, cumprimentando e
8 desejando uma boa noite a todos os presentes.

9 Declarou, relativamente ao assunto objeto da anterior discussão, que obviamente há
10 matérias que interessam a uns e não interessam a outros.

11 Considerou que naturalmente, que este é um percurso que tem que se continuar a fazer,
12 tem que se andar mais tempo para que aprendamos todos a viver em Democracia.

13 Seguidamente passou à apresentação da Proposta de Moção subscrita pela bancada da
14 C.D.U., que informou, considerarem muito importante e atingir agora uma importância
15 ainda muito maior, uma vez que num quadro de consideração e solução, haver um tempo
16 muito reduzido para acontecer, salientando que já no próximo ano realizar-se-ão eleições
17 autárquicas e esta matéria, a devolução das freguesias às populações, se não for
18 devidamente avaliada e considerada, correr-se o risco de chegar às eleições autárquicas e
19 estar tudo na mesma. É isto que a CDU quer evitar.

20 Informou que a CDU tem trabalhado por esta questão ao longo destes anos, que foram
21 recusados os projetos da CDU e do Bloco de Esquerda propostos na Assembleia da
22 República, e agora, mais recentemente, num Congresso realizado pela ANAFRE, o Sr.
23 ministro responsável por esta matéria, ter anunciado publicamente que o Governo iria
24 apresentar uma medida legislativa para concretizar este processo.

25 Concluindo assim, que esta proposta de alteração da Lei está no ar, mas ao que é dado
26 saber, até ao presente, ainda não ter chegado à Assembleia da República, ainda não está
27 a ser discutida e a preocupação prender-se exatamente com essa questão.

28 Considerou ser efetivamente necessário *trabalhar* esta proposta, no sentido que ela possa
29 ir ao Parlamento, poder ser aprovada e possamos, nas próximas eleições autárquicas,
30 corrigir esse erro gravíssimo, que a famosa “*Lei Relvas*” provocou, ao retirar 1168
31 freguesias ao nosso país, acabando assim com o progresso democrático.

32 Apelou, por esta ordem de razões, para a importância desta Assembleia forçar um pouco,
33 dadas as situações existentes no nosso concelho.

34 Referiu ainda, conforme equacionou ser do conhecimento de todos, a União das
35 Freguesias da Malagueira e Horta das Figueira, a União das Freguesias do Bacelo e
36 Senhora da Saúde, o Centro Histórico, a União das Freguesias de São Manços e São
37 Vicente do Pigeiro, a União das Freguesias de N^a Senhora da Tourega e N^a Senhora de
38 Guadalupe e a União das Freguesias de São Sebastião da Giesteira e N^a Senhora da Boa
39 Fé, representarem o conjunto de situações que foram criadas com esta decisão de agregar
40 as freguesias, sendo este o panorama do nosso concelho.

41 Considerou existirem, relativamente a esta matéria, questões de natureza muito diversa,
42 problemas que todos conhecem. Importando de facto refletir sobre esta situação.

43 Do ponto de vista da CDU, não se defende que todas as freguesias tenham que voltar
44 obrigatoriamente à situação em que se encontravam antes da implementação da nova lei.
45 Importa, contudo, fazer de facto essa reflexão, essa avaliação e posteriormente de acordo
46 com as decisões dos Órgãos Locais, representativos da vontade das populações, se
47 atendam às suas reivindicações, e se possa então proceder à sua correção.

48 É nesse sentido, que considerou ser urgente que esse processo avance, uma vez que já foi
49 apresentada uma proposta de Decreto-Lei, que ao que sabemos se encontra em suspenso,

1 *em banho maria*, correndo o risco de chegarmos às próximas eleições autárquicas e
2 continuarmos com a mesma situação.

3 Concluiu, passando à leitura da moção que a bancada da CDU apresentou à Mesa, que irá
4 entregar posteriormente, para que fique em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

5

6 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu ao eleito José Russo a apresentação
7 desta proposta de Moção e deu a palavra ao eleito João Simas, a seu pedido.

8

9 **Sr. João Simas** – O eleito João Simas tendo pedido a palavra ao Sr. Presidente da
10 Assembleia Municipal, deu início à sua intervenção, cumprimentando e desejando uma
11 boa noite a todos os presentes.

12 Declarou que pretende sublinhar que considera a questão das freguesias demasiado
13 importante, porque algumas delas são mais antigas que a própria nacionalidade
14 Portuguesa. Há pouco falou-se de São Manços, esta freguesia já existia antes de existir
15 Portugal. Tem a ver com a identidade das populações. As populações identificam-se
16 muito com as freguesias. Além disso, nós temos freguesias em Évora que são muito
17 superiores em dimensão, em superfície, à média nacional dos concelhos que existem neste
18 país, tendo referido para isso o exemplo do concelho de São João da Madeira, que é muito
19 mais pequeno que qualquer freguesia rural do concelho de Évora.

20 Sublinhou ainda que esta junção das freguesias foi feita sem qualquer estudo, sem
21 qualquer consulta das populações, considerando que as populações, as Assembleias de
22 Freguesias, as Assembleias Municipais, têm que ter uma palavra a dizer neste sentido.

23

24 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a intervenção e passou a palavra
25 ao eleito Ananias Quintano, a seu pedido.

26

27 **Sr. Ananias Quintano** – O eleito Ananias Quintano deu início à sua intervenção,
28 cumprimentando e desejando uma boa noite a todos os presentes, tendo passado a
29 informar o seguinte:

30 - “Como é público, nem o P.S., nem a própria ANAFRE apoiam uma desagregação
31 automática das freguesias.

32 Depois de acusarmos PSD e CDS, que sem qualquer critério criarem um mapa
33 administrativo a régua e esquadro, queremos agora nós agora endurecer tudo, sem ter em
34 conta o que se passa efetivamente no terreno, para a elaboração de um novo mapa,
35 achamos que não.

36 O Governo criou um grupo técnico que inclui a Associação Nacional de Municípios
37 Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias, com a finalidade de efetuar uma
38 avaliação da reorganização das freguesias.

39 Este grupo entregou o relatório com a sua avaliação, definindo os critérios em que devem
40 assentar a reorganização do mapa das freguesias, que são a prestação do serviço à
41 população, eficácia e eficiência da gestão pública, a representatividade e vontade política
42 de colaboração, população/dever cívico, História, Identidade e Cultura.

43 Foi com base nestes cinco critérios que o Governo apresentou à Assembleia da República
44 a proposta de lei para a reorganização administrativa territorial autárquica. Estes são do
45 nosso ponto de vista os critérios mais importantes para que seja a população a decidir nos
46 seus Órgãos eleitos, através dos seus órgãos eleitos, como está previsto no artº 10º da
47 Constituição da República.

48 Há dois pontos muito importantes para o P.S., na reorganização das freguesias, o reforço
49 conveniente dos recursos financeiros e a intervenção das populações no processo de

1 decisão. Estes dois pontos estão contemplados na proposta de lei apresentada pelo
2 governo”.

3

4 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a intervenção e passou a palavra
5 ao eleito Bruno Martins, a seu pedido.

6

7 **Sr. Bruno Martins** – O eleito Bruno Martins tendo pedido a palavra ao Sr. Presidente da
8 Assembleia Municipal, agradeceu e solicitou que a intervenção que vai passar a proferir,
9 em representação do Bloco de Esquerda, seja considerada como **Declaração de Voto**.

10 Iniciou a intervenção relembrando todos do processo brutal e da forma estranha, contrária
11 à vontade das populações, como a reforma territorial das freguesias, foi levada a cabo
12 pelo último governo do PSD-CDS.

13 Desde o primeiro momento desta discussão que o Bloco de Esquerda esteve presente,
14 defendendo a necessidade de auscultação das populações, através de consulta referendária
15 e local.

16 Quanto ao processo de discussão do número de freguesias levado a cabo, convém recordar
17 que ao que esta previsão expressa, por consulta direta às populações afetadas, o
18 restabelecimento de prazos que transitam da sua realização, ditou a desconformidade das
19 alterações ao número e território das freguesias, com o artº 5º da Carta Europeia da
20 Autonomia Local.

21 Os critérios de agregação determinaram essa alteração a régua e esquadro, sem ter em
22 conta fatores históricos e culturais, sem considerar as especificidades locais, nem ouvir
23 os pareceres das Assembleias de Freguesia.

24 A maioria dos órgãos autárquicos consultados pronunciou-se inequivocamente contrária
25 às alterações levadas a cabo.

26 Esta reforma foi por isso politicamente ilegítima. Tornando exigível um processo
27 extraordinário, que reponha as freguesias, em que por via das respetivas assembleias, com
28 possibilidade de recurso à consulta direta às populações, porque inequívoca, a vontade de
29 regresso à situação anterior, à da sua extinção.

30 A recente proposta de lei, apresentada pelo Governo, que já ficou na Assembleia da
31 República, com o objetivo de definir o regime jurídico de criação de freguesias, revela
32 alguns pontos positivos, mas não toca no essencial. Não prevê a forma concreta o
33 processo de desagregação das freguesias, devolvendo-as aos seus fregueses e assim
34 corresponder às suas necessidades e anseios.

35 O Bloco de Esquerda votará favoravelmente a proposta apresentada pela CDU, porque
36 deve ser considerada a vontade expressa dos órgãos autárquicos, assim como as
37 populações, que como tal, qualquer diploma neste âmbito, deve incluir a possibilidade de
38 restituição das freguesias extintas.


39

40 **Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu ao eleito Bruno Martins a
41 intervenção e confirmou que a mesma vai constar como Declaração de Voto do Bloco de
42 Esquerda, conforme a vontade manifestada. Seguidamente deu a palavra à eleita Ângela
43 Caeiro, conforme seu pedido.

44

45 **Sra. Ângela Caeiro** - A eleita Ângela Caeiro iniciou a sua intervenção solicitando que a
46 declaração que vai passar a proferir, conste na Ata como **Declaração de Voto**.

47 Referiu que em 2013 o governo PSD-CDS realizou a Reforma Administrativa, com o
48 intuito de diminuir o número de freguesias. Reconhecem que nem tudo foi bem feito,
49 principalmente ao nível das freguesias rurais e encontram-se disponíveis para discutir a
50 matéria.



2 Esclareceu, contudo, que para tomar a decisão de reverter é necessário ouvir, analisar e
3 concluir o que está bem feito, o que está mal feito, e quais os locais em que isso aconteceu.
4 Deve haver critérios bem definidos, porque consideram não fazer sentido voltar tudo a
5 estar como estava.

6 Constatam que em algumas freguesias o processo está a correr bem. Por isso não poderão
7 concordar que agora, porque há eleições autárquicas em 2021, seja tudo decidido à pressa,
8 dando lugar à existência de mais Assembleias de Freguesias, mais executivos, mais
9 tesoureiros.

10 Concordarão sim, que se encontre uma solução, atempadamente. Deve-se analisar com
11 detalhe o que correu bem, o que correu mal, e, onde correu mal, sim, proceder às
12 alterações necessárias.

13 Concluiu que relativamente a esta Moção o PSD votará contra, porque não concordam
14 que o processo seja alterado à pressa, porque para o ano há eleições autárquicas e a CDU
15 quer novamente criar as eleições nas freguesias desagregadas.

16 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e passou a palavra
17 ao eleito Frederico Carvalho.

18
19 **Sr. Frederico Carvalho** – O eleito Frederico Carvalho iniciou a intervenção informando
20 que relativamente a esta questão já muito foi aqui dito sobre o tema em causa, sobre esta
21 moção da CDU, confessando achar que não é dessa forma que deve ser feita a leitura.

22 Do texto da Moção a CDU diz assim e passou a citar: - “A afirmação que poderá ser
23 corrigida por manifesta expressão da vontade da Assembleia de Freguesia e na oposição
24 à Assembleia Municipal”. Isto a propósito da relação de algumas das freguesias
25 entretanto anexas ou agregadas, não sabendo até que ponto esta proposta está assim tão
26 inusitada, ou tão despicienda, inclusivamente também concorda com o Deputado
27 Municipal o Sr. Ananias Quintano, que refere haver no propósito da mesma o reforço de
28 competências e de recursos financeiros, embora uma coisa seja esta questão estar
29 contemplada no texto do projeto lei, outra coisa será depois na prática. Mas efetivamente,
30 está considerada esta questão, para além da forte participação das populações no processo
31 de criação, ou da desanexação dessas mesmas freguesias.

32 Considerou a proposta da CDU extemporânea, parecendo oportunista e propagandista,
33 pelo que naturalmente irá votar contra a Moção apresentada.

34
35 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
36 eleito Jerónimo José.

37
38 **Sr. Jerónimo José** – O eleito Jerónimo José iniciou a sua intervenção afirmando não ser
39 a primeira vez que este assunto é alvo de discussão nesta Assembleia, bem como da
40 atenção que o mesmo lhe merece.

41 Relativamente ao texto da Moção, referiu subsistirem dúvidas, porque inicialmente
42 parece defender uma posição: A decisão da continuidade da agregação depender da
43 vontade das Assembleias de Freguesias locais. Contudo, no título está implícito um apelo
44 à desagregação, que interpreta como a assunção de uma posição de obrigatoriedade da
45 desagregação das freguesias recentemente agregadas.

46 Devido a estas posições que considerou contraditórias, pela indefinição de critérios
47 existente, procedeu à leitura do ponto 1 da Moção, para uma melhor compreensão da
48 dúvida que lhe assiste.

49 Considerou que todos estarão de acordo com a ideia inicial, que seja dada voz às
50 populações, através das Assembleias de Freguesias locais, mas também entende que esta

1 possibilidade já se encontra prevista na proposta apresentada pelo governo à Assembleia
2 da República, parecendo-lhe adequado que seja dada a oportunidade a que o processo
3 legislativo decorra com normalidade.

4 Discordou da possibilidade agora em perspectiva, que parece querer acabar com uma
5 injustiça e ir criar outra. Defendeu que as freguesias que concordarem com a agregação,
6 que tenham a possibilidade de a manter.

7 No entanto o Partido Socialista sempre foi favorável a que as populações sejam ouvidas,
8 através dos seus órgãos representativos, e como a legislação em vigor não considera a
9 possibilidade de realização de referendo para estas matérias, que esta vontade se expresse
10 conforme o ordenamento jurídico vigente prevê, que a agregação, ou a extinção sejam
11 debatidas e votadas nas Assembleias de Freguesias e posteriormente sejam objeto de
12 deliberação nas Assembleias Municipais. Caso existam divergências de decisões entre os
13 órgãos, as razões terão forçosamente de ser devidamente fundamentadas e sufragadas.

14
15 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
16 eleito Bruno Martins.

17
18 **Sr. Bruno Martins** – O eleito Bruno Martins interveio para dizer que considera injusto
19 afirmar-se que este é um assunto que está a ser tratado à pressa, uma vez que é uma
20 questão que colhe o descontentamento da maioria das freguesias agregadas, que já se
21 manifestaram diversas vezes contra, e que é muito caro às populações afetadas com esta
22 medida política.

23 Discorda da posição já assumida por algumas forças políticas, porque o texto da Moção
24 não é impeditivo de atender aos casos pontuais, no caso das freguesias que pretendam
25 manter-se agregadas, assim possam permanecer. Não serão os casos pontuais que estão
26 aqui em causa.

27 Considerou que seria interessante não inverter as coisas.

28
29 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra à
30 eleita Gertrudes Pastor.

31
32 **Sra. Gertrudes Pastor** – A eleita Gertrudes Pastor iniciou a intervenção chamando a
33 atenção para o facto do tempo atribuído à CDU já se encontrar esgotado, tendo o Sr.
34 Presidente da Assembleia permitido o uso da palavra por mais três minutos.

35 Declarou não poder enquanto Presidente da União das Freguesias de Bacelo e Senhora da
36 Saúde, destas duas grandes freguesias, que têm uma população superior à maior parte dos
37 municípios do Alentejo, deixar de intervir.

38 Interveio, embora no início da discussão ter equacionado não o fazer, porque se identifica
39 totalmente com a apresentação do colega José Russo, mas, na sequência das declarações
40 do eleito Bruno Martins, considerou necessário reforçar e afirmar ainda o seguinte: - “Se
41 há argumento com o qual não se pode justificar a não aprovação da presente Moção é o
42 do tempo dedicado à discussão deste assunto”.

43 Considerou esta argumentação injusta, porque o assunto está efetivamente em discussão
44 há muito tempo.

45 Frisou ainda que na freguesia em que preside à respetiva União, todos os anos este assunto
46 ser alvo de discussão nos diferentes órgãos, e todas as moções terem sido sempre
47 aprovadas por unanimidade, em todos os órgãos.

48 Acrescentou que se existe uma questão que é unânime, é esta, sendo aliás das poucas
49 vezes que verifica a unanimidade em aprovações de Moções e ser este precisamente o
50 assunto que o consegue.

1 Relembrou que até nesta Assembleia Municipal, esta questão tem sido discutida muitas
2 vezes e foram aprovadas Moções.

3 Referiu também que esta questão, em ponto nenhum se pode considerar como uma mera
4 questão administrativa, como referiu o colega Ananias, não é isso que se pretende, em
5 lado nenhum. Pretende-se sim a sua aplicação nas freguesias onde se justifica, e onde os
6 Órgãos se pronunciem nesse sentido.

7 Constatou ser de facto a segunda vez que tem conhecimento de uma proposta de decreto
8 lei. O primeiro nem chegou a ser apresentado para discussão na Assembleia da República,
9 tendo sido presente a discussão na ANAFRE, mas nunca os ministros dos sucessivos
10 governos presentes nos Congressos da ANAFRE, deram expressão àquilo a se
11 comprometeram.

12 Defendeu que o necessário é de facto apresentar um diploma que reponha a divisão
13 administrativa e considere a reposição das freguesias, onde isso se justifique, onde se
14 verifique que é importante, conforme a vontade das populações.

15 Naturalmente que compreende a necessidade de atualização da legislação que já existia.
16 Em sua opinião os projetos de decretos lei que têm sido apresentados, têm vindo sempre
17 no sentido de criar uma legislação para a constituição de novas freguesias, e não é isso
18 que agora está em causa.

19 O que está agora em causa é a questão das agregações das freguesias, onde não as vieram
20 beneficiar, e aqui em Évora temos vários exemplos, alguns deles até positivos.

21 O que pretendemos é que seja dada a oportunidade aos órgãos das freguesias,
22 representativos da vontade das populações de se pronunciarem sobre esta matéria.
23 Eventualmente poderemos até reconhecer que algumas das freguesias não justificam essa
24 desagregação, mas essa é uma questão que terá a sua oportunidade.

25 Testemunhou as dificuldades de quem está de facto a fazer a gestão nestas freguesias,
26 com um tão elevado número de população, com uma extensa densidade territorial, com
27 as especificidades de cada zona, afirmando não haver de facto outra forma de aproximar
28 as autarquias das populações.

29
30 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
31 ao eleito José Vitorino Piteira.

32
33 **Sr. José Vitorino Piteira** – O eleito José Vitorino Piteira afirmou estar de acordo com a
34 reposição das freguesias agrupadas.

35 Referiu que relativamente a esta medida, nada ter sido bem feito e considerou importante
36 dar condições às freguesias.

37 Concluiu, afirmando que não basta ter freguesias, só para ter mais gabinetes
38 administrativos e que as agregações foram justificadas, com razões de economia de
39 verbas. Não compreendendo este argumento, dada a diferença mínima dos valores dos
40 orçamentos atribuídos às freguesias, em comparação com as verbas injetadas, por
41 exemplo no Novo Banco.

42
43 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
44 eleito João Canha.

45
46 **Sr. João Canha** – O eleito João Canha deu início à intervenção cumprimentando todos
47 os presentes e dirigindo-se ao colega José Russo, referindo que qualquer concidadão que
48 leia os títulos das duas Moções inseridas na Ordem de Trabalhos, concordarão à partida
49 com estes dois assuntos em concreto, contudo, referiu que quando se aprova uma Moção,
50 aprova-se o texto da Moção, e o texto desta Moção contém um conjunto de contradições.

1 E passou a explicar: - Por um lado, considera que é limitante, porque indica que se atenda
2 à manifesta vontade expressa dos órgãos das freguesias e à deliberação da Assembleia
3 Municipal. Mais concretamente no seu ponto 1, fica expresso que o Governo respeitará a
4 vontade manifestada pelos órgãos autárquicos.
5 Todavia, no terceiro parágrafo refere: - “repondo aquelas que lhe foram retiradas”.
6 Apontando aqui para o automatismo da reposição das freguesias agregadas.
7 Esclareceu que devido a esta contradição, ficar a dúvida daquilo que aqui está expresso
8 no texto da Moção.
9 Referiu que quando se aprova uma Moção, se está a aprovar um texto que se pretende,
10 particularmente, que resulte numa proposta de alteração concreta a um projeto de lei,
11 entendendo-se que substantivamente irá alterar algo.
12 Concluiu que o texto da presente Moção não lhe parecer mais que uma tomada de posição
13 da CDU, para capitalizar a ideia da reposição das freguesias, sendo que não acrescenta
14 nada de substantivo àquilo que é o projeto de lei.

15
16 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a intervenção e deu a palavra ao
17 eleito José Russo.

18
19 **Sr. José Russo** – O eleito José Russo informou não ser tão brilhante, nem tão eloquente
20 como foi o colega José Piteira, na intervenção que acabou de proferir, mas, considerou
21 que o que deve determinar a decisão da Assembleia Municipal é questionar se não devem
22 ser ouvidas as populações sobre esta matéria? Considerou que com base nos resultados
23 dessa auscultação é que deve ser determinada a decisão, o caso concreto do nosso
24 Concelho.

25 Acrescentou ainda entender que o PSD e o CDS tomem estas posições, mas que o Partido
26 Socialista também os acompanhe, não compreende. Há um processo em curso, que está
27 parado neste momento, correndo nós o risco de já não conseguir fazer, o que é preciso
28 antes das próximas eleições.

29 Referiu não lhe ser indiferente que se resolva este problema até às próximas eleições,
30 porque, caso contrário, o problema morre, e, já não vamos conseguir resolver o problema
31 a seguir.

32 Aconselhou a Assembleia Municipal a concentrar-se na realidade do nosso concelho,
33 questionando se a Malagueira e a Horta das Figueiras farão sentido estarem juntas? E São
34 Manços e Vendinha, também fará sentido?

35 Relativamente ao Centro Histórico a CDU tem opinião diferente. O Centro Histórico é
36 para ficar tudo junto, mas Malagueira e Horta das Figueiras, não. São Manços e Vendinha
37 também não.

38 Questionou se esta Assembleia Municipal não tem opiniões sobre estas matérias? É o
39 caso concreto do nosso concelho é que deve determinar as nossas decisões.

40
41 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
42 ao eleito Frederico Carvalho.

43
44 **Sr. Frederico Carvalho** - O eleito Frederico Carvalho referiu que o texto da Moção deixa
45 muito a desejar, no sentido da convergência da ideia, até porque aquilo que está transcrito
46 é que o Projeto de Lei apresentado pelo Partido Socialista, permite essa reversão mediante
47 algumas condições, bem como as competências e transferência de recursos financeiros e
48 também o reforço da participação das populações. O que fica no ar, é sobretudo o timing,
49 afinal não é assim tão importante a questão do texto, percebendo haver aqui a urgência
50 das reversões, para que antes das eleições autárquicas o processo se encontre concluído.

1 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
2 à eleita Clara Grácio.

3
4 **Sra. Clara Grácio** – A eleita Clara Grácio declarou que ou estamos de acordo e queremos
5 que este processo avance, porque este processo tem que avançar, temos que dar voz à
6 população e dar expressão à sua vontade, devolver aquilo que é devido, se a população
7 assim o entender, ou não queremos que isso aconteça, e arranjam subterfúgios para
8 impedir que a reversão das freguesias se concretize, e o mais normal e frequente é mandar
9 para as calendas gregas.

10 O que estamos aqui a fazer é tentar ajudar e evitar que este processo vá para as calendas
11 gregas, que este processo efetivamente chegue a bom porto.

12 Ou estamos de acordo e somos coerentes e transparentes com esta questão e votamos a
13 favor, ou então podemos arranjar montes de argumentos para não votar esta Moção.

14 Neste caso, assumam-se as responsabilidades, assumam que não concordam com este
15 processo, que não concordam que se dê a voz às populações para que tenham
16 oportunidade de expressar a sua vontade, é uma opção.

17
18 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
19 ao eleito João Canha.

20
21 **Sr. João Canha** - O eleito João Canha interveio para informar que estão de acordo. E
22 estão tão de acordo tal como referiu o colega José Russo e muito bem. De facto, se aqui
23 neste texto da Moção se estivesse a falar dos casos concretos com que nos deparamos no
24 nosso município, não há nenhuma razão para não votar hoje nesta Moção. Mas a Moção
25 está a falar de reposição e de automatismos de reversão das freguesias às populações que
26 lhe foram retiradas, metodologia esta que não aprovam.

27 Para concluir, referiu que estão de acordo, isto tem que avançar, mas substantivamente
28 esta Moção não acrescenta nada àquilo que é a legislação que está em discussão. Estarmos
29 a falar na União de Freguesias A, ou da União de Freguesias B, muito provavelmente nós
30 estaremos numa discussão que nos diz respeito, não esta situação, que parece que estamos
31 apenas perante uma forma de dizer que a CDU apresentou uma Moção.

32
33 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
34 à eleita Ângela Caeiro.

35
36 **Sra. Ângela Caeiro** - A eleita Ângela Caeiro referiu que olhando para os casos concretos,
37 como é o caso da Vendinha e São Manços, todos estarão de acordo que devem ser
38 desagregadas, mas se olharmos para as freguesias do Centro Histórico, também há quem
39 deseje essa desagregação. Cada um olha para a sua freguesia.

40 Há que avaliar detalhadamente. Os critérios estão definidos, vamos analisar com calma e
41 depois sim, tomar uma decisão. Isto não tem que morrer depois de 2021, todos somos
42 responsáveis para que a discussão seja realmente feita e que as decisões sejam tomadas
43 depois.

44
45 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
46 ao eleito Bruno Martins.

47
48 **Sr. Bruno Martins** - O eleito Bruno Martins indicou que qualquer membro da
49 Assembleia Municipal poderia ter trazido aqui uma Moção. Foi a CDU que apresentou a
50 presente Moção.

1 Para ficar em Ata questionou o Partido Socialista se tem alguma proposta de alteração ao
2 texto da Moção apresentada pela CDU, para que fique mais claro, se terá alguma proposta
3 de alteração ao texto para apresentar, ou não.

4
5 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e informou que a
6 Mesa não tem mais pedidos de palavra e passou a submeter a votação a presente Moção,
7 proveniente da bancada da CDU, passando a questionar quem vota contra esta Moção?
8 Quem se abstém? Quem vota favoravelmente?

9
10 **Deliberação da Assembleia Municipal** – A Moção foi aprovada, com 4 votos contra (3
11 PSD e 1 da Coligação Afirmar Évora), 13 abstenções do Partido Socialista e 15 votos a
12 favor (13 CDU, 1 do MRPI e 1 BE), com 32 presenças na sala.

13 O **Sr. José Piteira** informou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que procede, neste
14 momento, à entrega da **Declaração de Voto** da sua bancada que representa, relativamente
15 à matéria votada.

16
17 **Ponto I – 2.: Hospital Central do Alentejo em Évora - proposto pela bancada da**
18 **CDU**

19
20 O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos seguindo a Ordem
21 do Dia. Colocou à consideração da Assembleia o **Ponto I – 2.: Hospital Central do**
22 **Alentejo em Évora** (proposto pela bancada da CDU), tendo dado a palavra ao eleito José
23 Maria Figueira para proceder à apresentação.

24
25 **Sr. José Maria Figueira** - O eleito José Figueira, cumprimentou o Sr. Presidente da
26 Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, os membros da Mesa, os Srs.
27 Vereadores, deputados, colegas da Assembleia Municipal. Referiu que esta Assembleia
28 Municipal, para não ir mais atrás, nos últimos anos tem-se pronunciado por diversas vezes
29 sobre a obras de construção do Hospital Central do Alentejo em Évora, recordando aqui
30 as últimas versões que tanto o PS como o PSD apresentaram nesta Assembleia no sentido
31 de chamar a atenção para esta necessidade que ainda hoje estamos a viver. O surgimento
32 da Epidemia Covid 19, veio tornar ainda claro que cada vez mais se justifica uma resposta
33 a nível da nossa região, com equipamento que responda aos problemas da Saúde no
34 Alentejo.

35 O agendamento deste ponto tem a ver efetivamente com a questão da concretização das
36 obras do Hospital, e deriva de mais uma vez estarmos a constatar que há um protelamento
37 no que diz respeito à adjudicação da obra, sem qualquer justificação para esse facto,
38 correndo o risco de mandar às malvas todos os procedimentos então desenvolvidos, que
39 derivaram do Concurso que foi feito, da empresa que já foi selecionada, correndo o risco
40 assim, de face aos atrasos, de todos os procedimentos desenvolvidos que derivaram do
41 Concurso que foi feito, da empresa que foi selecionada, de enfim, face aos atrasos, a
42 Empresa selecionada já não queira fazer a obra, ou pretenda reverter os preços e levar a
43 uma situação de impasse.

44 Por isso nós consideramos que estes atrasos não se justificam, depois de todos os
45 procedimentos, depois de já terem sido, como dissemos, na proposta de Moção, terem
46 sido objeto de muitos atrasos ao longo dos últimos anos, e, depois até do Sr. Primeiro
47 Ministro em janeiro de 2019, ter anunciado a decisão do calendário para a construção do
48 novo hospital, estamos numa situação de impasse e esta Assembleia tem toda a
49 legitimidade para se pronunciar no sentido deste impasse, de uma vez por todas, seja
50 ultrapassado.

1 Seguidamente procedeu à leitura da Moção em apreço, fazendo posteriormente a entrega
2 do texto da mesma ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para que faça parte
3 integrante da Ata da presente reunião.

4
5 O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção à discussão e deu a palavra
6 ao eleito Frederico Carvalho.

7
8 **Sr. Frederico Carvalho** - O eleito Frederico Carvalho, declarou que não será surpresa o
9 seu sentido de voto relativamente a esta Moção.

10 Sobre a questão do Hospital de Évora a CDU, com toda a legitimidade que lhe é dada,
11 trás aqui a questão do Novo Hospital de Évora, tal como a questão da reestruturação das
12 freguesias, da sua desanexação, bem como a questão de não haver rubricas nos programas
13 de investimento, relativamente à questão das águas, e igualmente como também já
14 falámos, a questão das acessibilidades para a cidade de Évora, estão realmente em cima
15 da mesa e significam um desafio para o futuro próximo.

16 O que pretende e solicitou que lhe permitissem a provocação, é que no quadro parlamentar
17 da CDU na Assembleia da República, considerando que teria muito a ganhar, com a
18 auscultação aos seus munícipes locais, porque certamente verificavam que em termos de
19 gestão e negociação de *geringonça*, teriam uma ação mais válida, muito mais consequente
20 para aquilo que é necessário para a população local, atendendo a que temos 5 orçamentos
21 aprovados, considerando que não é de somenos.

22 Relativamente ao segundo ponto, pareceu-lhe um pouco injusto, e passou a citar: - “Foram
23 5 anos em que foram cabimentados em Orçamentos, é verdade, ainda houve um
24 orçamento que foi reprovado, ainda da coligação PS/PSD, mas esse orçamento foi
25 derrubado por vós, com o PS e demais forças políticas. Mas depois vieram mais cinco
26 orçamentos, em que essa discussão não foi para a frente”.

27 Concluiu, solicitando que lhe permitissem a ousadia, obviamente votará favoravelmente
28 esta Moção, mas sugerir uma Adenda no último ponto, que tal como a CDU, e bem, muito
29 oportunamente, fizeram em 23 de fevereiro de 2018 uma proposta de Audição Pública
30 sobre a Educação, tendo em consideração o momento que vivemos, fruto da pandemia
31 Covid 19, que coloca muitas dificuldades na área da saúde e daquilo que são as
32 prioridades no Serviço Nacional de Saúde, que também fosse incluído um quinto ponto,
33 que tivesse como texto - Empreender Audição Pública sobre a Saúde no Concelho de
34 Évora.

35
36 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
37 ao eleito Ananias Quintano.

38
39 **Sr. Ananias Quintano** - O eleito Ananias Quintano, mais uma vez desejou boa noite a
40 todos, tendo passado a declarar o seguinte:

41 - “Trata-se de um ponto que como todos sabem, ainda mais nesta altura, dadas as
42 dificuldades que atravessamos, por isso mesmo entendemos que a resposta a esta Moção
43 deve ser dada com mais pormenor.

44 Começo por dizer que o Concurso para a Empreitada de Construção do novo Hospital
45 Central do Alentejo foi publicado em Diário da República de 14 de agosto de 2019, tendo
46 um valor base de cerca de 155 milhões de euros.

47 Trata-se de um Concurso Público que tem que cumprir as regras previstas no Código da
48 Contratação Pública, tem que contar com Audiência Prévia, Reclamação, Análise e
49 resposta a reclamações, etc. Concurso Público deste valor, desta dimensão, tem um

1 regimento lento que em regra e na maior parte dos casos, demorará mais de um ano a ficar
2 concluído.

3 Certamente, melhor que ninguém a nossa autarquia sabe o quanto estes processos são
4 morosos, em idênticas circunstâncias encontrar-se-ão alguns projetos da autarquia,
5 provavelmente menos dispendiosos, que devem estar à espera da prescrição, ou,
6 provavelmente ainda não chegaram a essa fase.

7 Passaram apenas quinze meses desde que o 1º Ministro veio a Évora referir a execução
8 da obra, como obra fundamental no Alentejo.

9 Desde essa data foram atualizados para além dos projetos de arquitetura, os projetos
10 técnicos antecedentes, de forma a garantir a sua adequação às regras que, entretanto,
11 entraram em vigor, a aplicar a novas construções hospitalares.

12 Para além disso, o Governo honrando o seu compromisso, garantiu o financiamento
13 necessário para a execução da obra, renegociando a parte Comunitária, aprovando o Plano
14 Plurianual de Investimento, para assegurar a sua execução.

15 Era muito bom para nós Eborenses que as obras na nossa cidade tivessem pelo menos
16 este ritmo. Em vez de estarmos sempre a manifestar a nossa insatisfação no digital,
17 pensamos que seria melhor que a CDU fosse colaborante e tentasse procurar honrar o seu
18 compromisso político, para com o município, relativamente aos acessos e infraestruturas
19 que são da sua responsabilidade.

20 Relembro ao Sr. Presidente da Câmara que o Acordo assinado em 2008 não era válido
21 porque não existe Q.R.E.N.. Claro que não existe Q.R.E.N., mas existem outras formas de
22 financiamento, cabendo-nos encontrar soluções e organizar processos de candidatura.

23 É mau para nós, muito mau que o Executivo não honre os compromissos institucionais
24 do município, mesmo que não tenham sido assumidos por este Executivo, por isso
25 gostaríamos de saber se além de um pedido de audiência à Sra. Ministra da Saúde, se o
26 Executivo para resolver esta questão, já efetuou algum pedido de reunião, junto da ARS,
27 dona da obra, no sentido de ajudar a encontrar soluções.

28 Para os mais distraídos, gostaríamos de deixar claro, mais uma vez, à semelhança do que
29 aconteceu com a Barragem do Alqueva e o Hospital do Patrocínio, o PS cumpre a palavra
30 dada ao Povo alentejano, enquanto o atacante, como estamos a ver só reclama.

31 O Governo PS prova mais uma vez que nunca abandona o Alentejo, quando está no poder
32 com a oportunidade de fazer obras estruturantes para o desenvolvimento da região e
33 coesão territorial.

34 Neste momento, estabeleceu realizar os procedimentos necessários à formalização das
35 propostas para a construção do novo hospital, que poderão ocorrer muito brevemente.

36 Não há nesta Assembleia, com toda a certeza, ninguém que tenha mais vontade de ver o
37 novo Hospital construído do que nós. Em resumo, enquanto uns fazem, outros reclamam.
38 Queria deixar muito claro que as moções, recomendações, abaixo-assinados,
39 manifestações, etc, que vão construir o novo hospital. Mas também até aqui não é nada
40 mais do que já estamos habituados.

41 O que isto prova, em nossa opinião, é que a Moção apresentada pela CDU é demagógica,
42 porque se insere na Campanha já das Autárquicas 2021, pretendendo desviar a atenção
43 dos Eborenses para a paragem do tempo a que a nossa cidade tem estado sujeita, nestes
44 últimos sete anos e, claro, a obra de construção do novo hospital, é irreversível”.

45
46 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e passou a palavra
47 ao eleito João Canha.

48
49 **Sr. João Canha** - O eleito João Canha declarou que esta Moção se resume
50 fundamentalmente no ponto 4 do preâmbulo e no ponto 2 das Deliberações. Há

1 efetivamente um trabalho que deveria estar a ser feito pelo Executivo, e não está, no
2 sentido de garantir as acessibilidades e as infraestruturas, tal e qual como estava definido.
3 Referiu estarem habituados a este tipo de faixas no Jardim do Bacalhau, mas que ainda
4 vai haver o dia em que o Camarada José Figueira irá dizer: - Há hospital porque a CDU
5 fez melhor!

6
7 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra à
8 eleita Ângela Caeiro.

9
10 **Sra. Ângela Caeiro** – A eleita Ângela Caeiro interveio para afirmar que esta questão está
11 em discussão há mais de 20 anos, e que isso deverá fazer-nos refletir.

12 Informou que concordam com a sugestão da questão colocada pelo Movimento Afirmar
13 Évora, relativamente ao ponto 5, e que se deveria fazer um debate sobre este tema.

14 Questionou o número de lançamentos de primeiras pedras deste novo hospital, que já
15 houveram no passado e o facto de continuarmos sem ver avanços efetivos.

16 Relativamente à declaração proferida pelo colega Ananias, declarou que esperam mesmo
17 que seja este Governo PS, concretize esta construção e que conforme as suas palavras,
18 em 2023, estas obras de construção do novo Hospital, já se encontrem a decorrer.

19 Considerou lamentável que agora a desculpa usada para não haver mais avanços, seja a
20 troca de responsabilidades entre o Governo e a Câmara, sobre quem é que vai assegurar
21 a execução das acessibilidades e do saneamento.

22 Indicou que como é obvio quando se avança para um projeto destes tem que se pensar
23 nele como um todo.

24 Posto isto, o PSD votará favoravelmente esta Moção, porque é uma necessidade que tem
25 que avançar, sem desculpas. Não se pode esperar mais, pela saúde dos alentejanos.

26
27 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
28 ao eleito Bruno Martins.

29
30 **Sr. Bruno Martins** – O eleito Bruno Martins declarou que é do conhecimento de todos
31 que o anúncio público nacional do lançamento da Empreitada da Obra do novo hospital,
32 foi publicado em 14 de agosto de 2019, e a construção está orçada em mais de 150 milhões
33 de euros.

34 Que se trata de um investimento público, que o Bloco de Esquerda considera muito
35 importante para a região e para o país, tanto que numa primeira linha irá responder a cerca
36 de 200 mil pessoas, e numa segunda linha a mais de 500 mil.

37 A adjudicação da obra para a construção no novo hospital, decorreu no dia 3 de março a
38 uma empresa espanhola.

39 O orçamento aprovado para a construção do novo hospital significa um claro reforço do
40 SNS para a região do Alentejo, não se compreendendo a demora do Ministério da Saúde
41 em autorizar a realização da despesa, desta forma travando o processo.

42 Consideram que este é um hospital necessário porque já se necessita de mais oferta
43 pública de cuidados de saúde nesta região, sabendo todos o que os tempos de espera
44 significam.

45 O novo hospital, responderá com mais infraestrutura de tecnologia, com o aumento da
46 capacidade de resposta, tanto em medicina, como em cirurgia, serviços estes de que temos
47 consciência de serem por todas estas razões, uma necessidade premente para a região.

48 Também não compreendemos a questão que vai sendo levantada, de forma mais ou menos
49 clara, relativamente à construção das infraestruturas associadas.

1 Consideram que o município de Évora deve estar disponível para colaborar, mas
2 obviamente, que esta obra estruturante para o Alentejo e para o país, deve ser suportada
3 integralmente pelo Orçamento de Estado.

4 O Bloco de Esquerda votará naturalmente a favor da moção apresentada, ainda que
5 sublinhe que o tema lhes parece muito mais uma forma de lançar as eleições autárquicas.

6
7 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
8 ao eleito Jerónimo José.

9
10 **Sr. Jerónimo José** – O eleito Jerónimo José declarou que não irá acrescentar muito mais
11 sobre o tema, mas não poderia deixar passar em claro, a intervenção anterior, porque há
12 aqui um distribuir de responsabilidades.

13 Pretendeu recordar que relativamente aos dois anos de atraso, por conhecer o Quadro
14 Comunitário de Apoio, serviram para o alterar, e posteriormente ter verbas para avançar
15 com o hospital.

16 Não sei se por opção do poder local ou por indicação nacional, não se reservaram as
17 verbas para a construção do hospital.

18 Posteriormente foi negociado novamente com os fundos comunitários a alteração e nessa
19 altura não ficou nada previsto, relativamente às verbas necessárias para as infraestruturas.
20 É contra a nossa região, mas se calhar nessa altura ainda não se tinha ganho essa
21 consciência.

22
23 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e informou que há
24 um pedido de palavra do Sr. Presidente da Câmara, tendo-lhe permitido intervir.

25
26 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia ter-
27 lhe concedido a oportunidade de intervir, tendo passado a proferir as seguintes
28 declarações:

29 - “Uma vez que a vontade da Câmara Municipal para resolver este problema foi aqui
30 apontada, venho aqui intervir no sentido de defender a honra da casa.

31 Início que não pretendo aqui registar o imenso trabalho desenvolvido nestes últimos sete
32 anos, pela autarquia, com a criação de emprego, conservação do Centro Histórico,
33 estamos de facto perante o pleno desenvolvimento de Évora, que naturalmente a CDU
34 realizou, e que deve ser aqui naturalmente registado.

35 O que é importante também aqui dizer é que o município cumpre sempre aquilo a que se
36 propõe, e relativamente às infraestruturas, fez o que tinha a fazer. Desenvolveu os
37 projetos, contactou o governo, propôs a criação de um grupo de trabalho, que nunca
38 funcionou, apresentou propostas, que iam para além da sua competência, como por
39 exemplo relativamente à negociação dos terrenos que são privados, e em que há
40 necessidade de negociar, para que seja possível garantir as acessibilidades, e, dispôs-se a
41 negociar com o governo, e se o governo assim o entender, a poder assumir a própria obra
42 de infraestruturas.

43 Até ao momento o que é que sabemos? Zero, não se sabe rigorosamente nada.

44 Sabemos é que em termos orçamentais, relativamente à atual Empreitada, não sabemos
45 absolutamente nada, relativamente às infraestruturas. Também não sabemos se no
46 Orçamento do Estado existe alguma verba atribuída para estas infraestruturas.

47 Portanto, pretendo deixar aqui a afirmação de que continuamos à espera, há muitos anos,
48 de respostas relativamente a coisas tão simples como estas: Qual é o volume de água que
49 o hospital necessita para podermos definir a conduta para o hospital? Qual é o traçado
50 que garante a acessibilidade, existindo a possibilidade de dois diferentes. Vamos ter duas

1 faixas ou quatro faixas no traçado? Ou ainda, relativamente à necessidade do tratamento
2 primário, que qualquer hospital tem que ter para tratamento dos resíduos, antes de os
3 despejar na rede de saneamento público, onde é que vai ficar? Quem a faz? Como? Em
4 que condições? Onde é que vai ser depositado no saneamento?

5 Todas estas questões que parecem de “*lana caprina*” não têm resposta, já para não falar
6 das questões do financiamento.

7 O que afirmo é que a Câmara Municipal teve sempre disponibilidade para negociar. Por
8 parte do governo o que verificamos, é um silêncio ensurdecedor sobre a matéria, exceto
9 o que agora aparece, que é a tentativa de culpar a Câmara sobre esta situação, o que se
10 compreende”.

11
12 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
13 ao eleito José Maria Figueira.

14
15 **Sr. José Maria Figueira** – O eleito José Maria Figueira informou que as sugestões que
16 foram apresentadas pelo PSD, relativamente à alteração do texto da Moção, que a CDU
17 aceita a proposta de alteração.

18 Relativamente à proposta sugerida pelo Afirmar Évora – Dr. Frederico Carvalho, tendo
19 em conta que o objetivo é a construção de um novo hospital para a região do Alentejo,
20 aquilo que consideramos importante é que numa próxima Assembleia Municipal,
21 coloquem em discussão a proposta que sugerem, a CDU certamente não deixará de apoiar
22 a iniciativa da promoção de uma Audição Pública, para que se debatam os problemas da
23 Saúde no Concelho de Évora. Razões não nos faltam, ainda mais, conforme hoje já
24 sabemos, a rede de cuidados primários ao nível das Extensões de Saúde, não estão a
25 funcionar. Daí resultam dificuldades acrescidas para as populações.

26 Caso o Dr. Frederico assim o entender, ficaremos nessa expectativa.

27 Para concluir a intervenção, sublinhou que a alteração a fazer no texto da Moção, tal como
28 sugerido pelo PSD, passará por substituir, onde refere: - há muitos anos, se altere para -
29 há mais de 20 anos.

30
31 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e informou que
32 uma vez que a Mesa não tem mais pedidos de palavra, passa a submeter a votação a
33 presente Moção, proveniente da bancada da CDU, passando a questionar quem vota
34 contra esta Moção? Quem se abstém? Quem vota favoravelmente?

35
36 **Deliberação da Assembleia Municipal** – A Moção foi aprovada, com 13 votos contra
37 da bancada do Partido Socialista, 0 abstenções e com 19 votos a favor (13 CDU, 1 BE, 1
38 do MRPI, 3 do PSD e 1 do Movimento Afirmar Évora).

39
40 **Ponto II – 1. Prestação de Contas Consolidadas/Relatório de Gestão Consolidado do**
41 **Município de Évora 2019.**

42
43 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu com os trabalhos da presente
44 Sessão colocando à discussão o **Ponto II – 1. Prestação de Contas**
45 **Consolidadas/Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2019**,
46 apresentado pela Câmara Municipal, para deliberação desta Assembleia.

47
48 Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se pretende tecer considerações
49 relativamente a este ponto, tendo este respondido afirmativamente.

1 **Sr. Presidente da Câmara** - informou que iria ser muito breve, e que relativamente à
2 prestação de contas consolidadas, como é sabido, junta as constas das instituições e das
3 empresas do grupo autárquico, sendo que a única que temos é a Habévora, neste
4 momento.

5 Em termos práticos consolida na conta do município a conta da Habévora. Não há
6 alterações substanciais àquilo que foi apontado aquando da prestação de contas no
7 município.

8 Felizmente a Habévora depois de dois anos de prejuízos, apresentou este ano resultados
9 positivos, não havendo agora lugar para a preocupação da obrigação da Lei, que devido
10 aos resultados negativos, em dois anos consecutivos, obrigava ao seu encerramento.

11 Podemos dizer que as contas estão praticamente semelhantes àquilo que foi apresentado
12 ao município, pelo que não há alterações substanciais a apresentar.

13 Colocou-se à disposição para responder a questões que os membros da Assembleia
14 Municipal pretendam esclarecer.

15

16 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tendo colocado o assunto para consideração
17 da Assembleia para discussão e auscultação de possíveis intervenções e verificando não
18 haver pedidos de uso da palavra por parte de nenhum dos deputados da Assembleia,
19 seguidamente colocou o referido ponto para votação, questionando quem vota contra,
20 quem se abstém, quem vota a favor?

21

22 **Deliberação da Assembleia Municipal – Ponto II – 1. Prestação de Contas**
23 **Consolidadas/Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2019**, foi
24 aprovado, com 13 abstenções (12 do PS e 1 do Movimento Afirmar Évora), sem votos
25 contra e com 18 votos favoráveis (1 BE, 1 MRPI, 13 CDU e 3 do PSD).

26

27 **Ponto II – 2. Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2020**

28

29 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia o
30 **Ponto II – 2. Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2020**, tendo
31 questionado o Sr. Presidente da Câmara Municipal se pretendia proceder à apresentação
32 do mesmo.

33

34 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou o seguinte:

35 - “Como é sabido aprovámos há uns meses na Assembleia Municipal, a Estratégia Local
36 de Habitação e o Plano Local de Habitação, isto permitiu fazer uma negociação com o
37 IRU com vista a garantir verbas que perspetivarão alguma resposta às questões de
38 Habitação no Concelho de Évora, que consideramos de muita importância.

39 Foi possível recentemente assinar Contratos, que de alguma maneira não garantimos já a
40 verba, mas é um passo muito importante para garantir essa verba, que pode ultrapassar os
41 sessenta milhões de euros, nos próximos seis anos, e para poder fazer essa gestão,
42 entendemos que devíamos criar uma organização municipal que pudesse ajudar a gestão
43 da Estratégia Local de Habitação.

44 Essa Unidade foi reservada e naturalmente era necessário criar o lugar de Coordenador
45 dessa Unidade. Como podem ver, são questões de menor importância, mas que resolvem
46 aqui algumas questões e que melhoram, a nosso ver, a resposta que dá o quadro de
47 pessoal.

48 É isso que trazemos aqui, naturalmente que as verbas em causa estão contidas no
49 Orçamento da Câmara, não é necessário aumentar, mas o que prevemos, até pelo
50 contrário, aquilo que prevemos até ao final do ano, com a questão do Covid e por outras

1 razões, provavelmente a verba que tínhamos destinada aos gastos com o pessoal, será
2 reduzida com um valor substancial”.

3
4 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à consideração da
5 Assembleia, tendo o eleito Adelino Fonseca manifestado intenção de intervir, tendo-lhe
6 dado a palavra.

7
8 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente à
9 criação de um posto de trabalho para Encarregado Geral do Serviço de Higiene,
10 questionando qual o número de Dirigentes de Higiene e Limpeza, para além do Vereador,
11 do Diretor de Departamento, do Chefe de Divisão, do Chefe de Unidade e dos
12 Encarregados, quantos encarregados tem, para uma avaliação mais precisa.
13 Também gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara, quantos funcionários tem a
14 Proteção Civil e solicita um relatório da atividade de todos os trabalhadores desta área.

15
16 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto novamente à consideração
17 da Assembleia, caso haja mais algum eleito que pretenda intervir. Não havendo,
18 questionou o Sr. Presidente da Câmara se pretenderá responder às questões colocadas
19 pelo eleito Adelino Fonseca.

20
21 **Sr. Presidente da Câmara** - Informou a Assembleia que no momento não possui de
22 informação detalhada que lhe permita responder com rigor às questões colocadas, mas
23 não temos efetivamente criado o lugar de Encarregado Geral no Serviço de Higiene e
24 Limpeza, vem assim preencher um espaço que não estava ocupado e cujas funções são,
25 na verdade, de coordenação dos vários serviços, é isso que estamos a propor.
26 Relativamente aos trabalhadores para o Serviço de Proteção Civil, não houve alterações
27 no serviço, procurámos dar respostas a questões que eram colocadas na gestão do
28 Aeródromo. Contudo, não será possível de momento, entregar de forma imediata a
29 documentação, mas ser-lhe-á entregue na próxima semana, para seu esclarecimento.

30
31 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tendo colocado o assunto à consideração da
32 Assembleia para discussão e auscultação de possíveis intervenções, verificando não haver
33 pedidos de uso da palavra por parte de nenhum dos deputados da Assembleia,
34 seguidamente colocou o referido ponto: **Ponto II – 2. Alteração ao Mapa de Pessoal**
35 **aprovado para o ano de 2020** para votação, questionando quem vota contra, quem se
36 abstém, quem vota a favor?

37
38 **Deliberação da Assembleia Municipal – Ponto II – 2. Alteração ao Mapa de Pessoal**
39 **aprovado para o ano de 2020** foi aprovado, sem votos contra, com 17 abstenções (12 da
40 bancada do PS, 3 da bancada do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Movimento Afirmar
41 Évora), e 14 votos favoráveis (13 da bancada da CDU e 1 do MRPI).

42
43 **Ponto II – 3. Projeto de alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do**
44 **Município de Évora**

45
46 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu colocando à consideração o **Ponto**
47 **II – 3. Projeto de alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de**
48 **Évora**, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do mesmo.

1 **Sr. Presidente da Câmara Municipal** - Pretendeu esclarecer melhor a questão,
2 respeitante à criação de um lugar no Quadro de Pessoal para um Engenheiro Técnico
3 Florestal, para prestar serviço no Serviço Municipal de Proteção Civil, porque há pouco
4 não se recordou com a devida clareza. O serviço em causa já estava garantido
5 anteriormente, através da celebração de contrato de prestação de serviços, mas dada a
6 verba que despendida com essa prestação de serviços, conseguimos agora garantir um
7 técnico a tempo inteiro, como é obrigatório.

8 Referiu que falta ainda fazer o ponto da situação da Tabela de Taxas e Outras Receitas
9 do Município, que é fundamental, mas na verdade, o que trazemos aqui hoje não é apenas
10 isso. Trazemos sim um problema que se arrasta há muitos anos, que é o problema dos
11 Parques de Estacionamento junto ao Hospital.

12 Como é do conhecimento de todos há anos que indivíduos se aproveitam do tarifário
13 daqueles parques e trocando as senhas, arrecadam dinheiro aos municípios, diariamente.
14 Já foram tentadas uma série de soluções, junto com a Polícia, com a Segurança Privada,
15 estudou-se a situação com o Hospital, fazer concessões, correu-se toda a panóplia
16 possível, mas não se conseguiu encontrar a solução.

17 Agora, a solução que encontramos é a de cortar o mal pela raiz, alterando o tarifário.

18 É claro que significará aumentar os preços em termos práticos, alterando o tarifário
19 relativamente ao horário, não o dia todo, mas cobrar por frações do dia.

20 A preocupação que temos é não penalizar as pessoas que vão ao Hospital, e é essa questão
21 que está a ser estudada.

22 Na reunião de Câmara a questão foi abordada e o que pode afirmar é que, juntamente com
23 o Hospital, pretendemos encontrar uma solução, de forma a que as pessoas que se dirigem
24 ao Hospital não sejam penalizadas.

25 Referiu ainda que são muitas centenas de euros que a Câmara perde diariamente com esta
26 situação, para além de todo aquele problema, indigno, que passa também pela pressão e
27 ameaça a que por vezes as pessoas são sujeitas por estes indivíduos, quando estacionam
28 naqueles parques.

29 Declarou que o compromisso é de conjuntamente com a Administração do Hospital
30 encontrarmos uma solução que não prejudique quem tem que se dirigir a estes serviços.

31


32 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração dos eleitos a proposta
33 de alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município, tendo o eleito Adelino
34 Fonseca manifestado intenção de intervir, tendo-lhe sido dada a palavra.

35

36 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito declarou que embora compreenda o problema colocado
37 pelo Sr. Presidente, considerou não ser este o momento adequado para proceder a
38 aumentos na Tabela de Taxas. Referiu o elevado número do desemprego, os lay off,
39 famílias em situação de grande precariedade, bem com o desincentivo à permanência no
40 Centro Histórico que estes aumentos irão provocar, e o não apoio ao comércio local.

41 Solicitou também esclarecimentos relativamente ao Capítulo da Instalações Desportivos,
42 relativamente às taxas a aplicar aos utentes do Complexo Desportivo Municipal,
43 nomeadamente se quem utiliza esta instalação para caminhar ou correr, terá que pagar e,
44 se haverá diferenças entre caminhar ou correr no piso de terra, ou nas pistas? Também há
45 que saber si há protocolos firmados com os agentes desportivos, ou não? Considerou as
46 taxas substantivamente elevadas, completamente desajustadas ao tempo que vivemos,
47 embora a Câmara vá perder dinheiro, mas terá que encontrar outra metodologia, não
48 elevando as taxas.

49



1 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra à
2 eleita Ângela Caeiro.

3
4 **Sra. Ângela Caeiro** – A eleita referiu que este assunto, na última vez que foi presente na
5 Reunião de Câmara, o PSD não concordou com a atualização das Taxas devido à
6 pandemia Covid 19, tendo esse ponto sido retirado.

7 Agora, compreendemos a preocupação da Câmara, é necessário regulamentar os
8 parquímetros nos parques de estacionamento localizados junto do Hospital, mas o PSD
9 propôs que alguns lugares ficassem destinados aos funcionários do Hospital. Não basta
10 só bater-lhe palmas, é preciso ações e esta é uma forma de os ajudar.

11 Pretendemos saber se a Câmara pretende aceitar a proposta do PSD e aí sim, o PSD votará
12 certamente favorável.

13
14 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
15 ao eleito Ananias Quintano.

16
17 **Sr. Ananias Quintano** – O eleito interveio para solicitar alguns esclarecimentos
18 relativamente à alteração apresentada do tarifário dos Parques de Estacionamento
19 localizados junto ao Hospital. Pretendeu esclarecer se as alterações propostas irão acabar
20 com as situações de vandalismo que lá ocorrem. Declarou também discordar dos
21 aumentos na Tabela de Taxas apresentados, por considerar que é um esforço enorme, que
22 não é agora oportuno.

23 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e passou a palavra
24 ao eleito Adelino Fonseca.

25
26 **Sr. Adelino Fonseca** – O eleito questionou o Sr. Presidente da Câmara, para afirmar que
27 não deve ser considerado apenas o caso dos funcionários do Hospital, no seu caso pessoal,
28 quando precisar de acompanhar o seu pai ao Banco de Urgência, ele sujeita-se a estar lá
29 umas 4 ou 5 horas à espera, e terá que estacionar, ou se precisar ele próprio de fazer um
30 tratamento, ou ser consultado no Hospital, irá certamente pagar mais caro pelo
31 estacionamento.

32
33 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu intervenção e perguntou se o Sr.
34 Presidente da Câmara se pretende usar da palavra para responder às dúvidas levantadas.

35
36 **Sr. Presidente da Câmara** – Interveio para esclarecer as questões levantadas,
37 começando pela última questão, relativamente ao tarifado proposto.

38 O pagamento agora proposto, referir-se-á a frações do dia, não aos dias completos, como
39 é agora no presente. Exemplificando: - “Quando um utente tira uma senha para parte do
40 dia, não poderá esta ser transacionada para outro utente, porque o horário da senha
41 adquirida anteriormente, foi naturalmente esgotado, é este o nosso objetivo”.

42 Considerou que esta nova forma de pagamento, em frações do dia, impede à partida, a
43 continuidade das irregularidades a que agora assistimos, não haverá uma senha para o dia
44 todo, existirão senhas para frações do dia.

45 Relativamente ao facilitar do estacionamento aos funcionários do Hospital, bem como
46 dos seus utentes, a Câmara Municipal encontra-se em pleno processo de negociação desta
47 possibilidade, juntamente com a Administração do Hospital.

48 Informou também que a Câmara recebeu uma proposta do Hospital para reserva de todos
49 estes lugares de estacionamento, neste Parques, apenas para os funcionários do Hospital
50 e em troca, os lugares dentro do Hospital ficariam para estacionamento dos seus utentes.

1 A proposta não nos pareceu correta, uma vez que vedava a utilização destes Parques, aos
2 restantes cidadãos, que também os usam diariamente, não sendo utentes do Hospital. No
3 entanto, o assunto está a ser objeto de estudo, análise e negociação, encontrar-se-á
4 solução, seja através de um voucher mensal, ou de outra forma, sem que se adicionem
5 custos aos utilizadores, sem que haja qualquer penalização.

6 O compromisso foi de acabar com aquela situação ameaçadora, indigna que ali ocorre
7 diariamente. A solução será encontrada certamente, não podemos é continuar a permitir
8 que as pessoas sejam ameaçadas, o nosso objetivo muito claro é esse.

9 Relativamente ao Complexo Desportivo Municipal foi aprovado o Regulamento para o
10 Funcionamento do Complexo, havendo lugar a duas situações distintas. Relativamente às
11 instituições com fins lucrativos há efetivamente alterações dos valores das taxas. Quanto
12 aos acordos celebrados com os Clubes Desportivos, ao abrigo dos Contratos Programa,
13 de acordo com a Lei, mantêm-se em vigor, à semelhança do que já fazemos noutros
14 equipamentos.

15 Quanto às instituições privadas com fins lucrativos, que nos pedem para usar o Complexo
16 Desportivo para as suas iniciativas, aí sim a Câmara Municipal faturará a utilização, de
17 acordo com a Tabela agora proposta.

18 Claro que relativamente aos cidadãos que lá vão fazer desporto, caminhada, corrida, não
19 pagam e continuarão a não pagar, não haverá qualquer problema a este nível.

20

21 **Presidente da Assembleia Municipal** tendo colocado o assunto à consideração da
22 Assembleia para discussão e auscultação das intervenções, verificando não haver mais
23 pedidos de uso da palavra por parte de nenhum dos deputados da Assembleia,
24 seguidamente colocou o referido ponto: **Ponto II – 3. Projeto de alteração da Tabela**
25 **de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora** a votação, questionando quem vota
26 contra, quem se abstém e quem vota favoravelmente?

27

28 **Deliberação da Assembleia Municipal – Ponto II – 3. Projeto de alteração da Tabela**
29 **de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora** foi aprovada, com 12 votos contra
30 (12 da bancada do Partido Socialista), com 3 abstenções (1 do Movimento Afirmar Évora,
31 1 Bloco de Esquerda, 1 bancada CDU), e 16 votos favoráveis (12 da bancada da CDU, 3
32 da bancada do PSD e 1 do MRPI).

33

34 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Deu a palavra ao eleito José Maria Figueira,
35 a seu pedido.

36

37 **José Maria Figueira** - O eleito interveio para esclarecer que a sua abstenção, foi a figura
38 que encontrou, para sugerir ao Sr. Presidente da Câmara que logo que tenha a solução
39 encontrada com o Hospital, para o problema do estacionamento para as pessoas que
40 precisam de ficar mais tempo no Hospital, que traga essa informação aqui, à Assembleia
41 Municipal, para que se repense novamente esta alteração que foi agora aprovada.

42

43 **Ponto II – 4. Constituição de Júris para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de**
44 **Direção Intermédia de 2º e 3º grau**

45

46 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu colocando à consideração o **Ponto**
47 **II – 4. Constituição de Júris para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção**
48 **Intermédia de 2º e 3º grau**, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

49

1 **Sr. Presidente da Câmara** informou que a Câmara Municipal continua a avançar com
2 os Concursos para cargos dirigentes, solicitando que lhe permitam apresentar os pontos 4
3 e 5, constantes na Ordem do Dia, dada a sua complementaridade.

4 No caso do **ponto 4. – Nomeação de Júris para Recrutamento de Dirigentes de Cargo**
5 **de Direção Intermédia de 2º e 3º grau**, para desenvolvimento dos Concursos para os
6 cargos de chefes das Divisões de Fiscalização Municipal e Divisão de Mobilidade, e o
7 **ponto 5. - Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção**
8 **Intermédia de 3º Grau**, para Coordenador da Unidade Geral de Higiene e Limpeza.

9 No caso dos Concursos para Chefes de Divisão, a Câmara Municipal tenta incluir nos
10 júris elementos externos, nestes casos específicos, elementos da Universidade de Évora,
11 indicados pela própria Academia.

12
13 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o esclarecimento prestado pelo Sr.
14 Presidente da Câmara Municipal e colocou o ponto à consideração da Assembleia. Não
15 havendo pedidos de intervenção, submeteu seguidamente o ponto **Ponto II – 4.**
16 **Constituição de Júris para Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção**
17 **Intermédia de 2º e 3º grau** a votação, questionando quem vota contra, quem se abstém
18 e quem vota a favoravelmente?

19
20
21 **Deliberação da Assembleia Municipal – Ponto II – 4. Constituição de Júris para**
22 **Recrutamento de Dirigentes de Cargo de Direção Intermédia de 2º e 3º grau** foi o
23 ponto aprovado, sem votos contra, com 15 abstenções (12 da bancada do Partido
24 Socialista e 3 da bancada do PSD) e 16 votos favoráveis (1 do Bloco de Esquerda, 13 da
25 bancada da CDU, 1 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MRPI).

26
27 **Ponto II – 5. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de**
28 **Direção Intermédia de 3º Grau.**

29
30 **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já ter
31 adiantado informações respeitantes ao ponto seguinte da Ordem do Dia: - **Ponto II – 5.**
32 **Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção**
33 **Intermédia de 3º Grau**, quando procedeu à apresentação do ponto anterior, questionou
34 a Assembleia se concordará em votar seguidamente o mesmo, ou subsistindo dúvidas, se
35 pretendem ver esclarecidas ainda algumas questões, relativamente a este ponto.
36 Não tendo havido pedidos de mais esclarecimentos, submeteu-o de seguida a votação,
37 questionando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favoravelmente?

38
39 **Deliberação da Assembleia Municipal - Ponto II – 5. Constituição de Júri para**
40 **Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau** - Foi o ponto
41 aprovado, sem votos contra, com 12 abstenções (12 da bancada do Partido Socialista) e
42 19 votos favoráveis (13 da bancada da CDU, 3 da bancada do PSD, 1 da Coligação
43 Afirmar Évora e 1 do MRPI e 1 do Bloco de Esquerda).

44
45 **Ponto II – 6. Procedimento de concessão do serviço de transporte público de**
46 **passageiros na cidade de Évora.**

47
48 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu colocando à consideração o **Ponto**
49 **II – 6. Procedimento de concessão do serviço de transporte público de passageiros**



1 **na cidade de Évora**, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder à
2 apresentação do mesmo e à abertura do debate.

3
4 **Sr. Presidente da Câmara** - Afirmou tratar-se de um assunto que tem sido muito
5 complexo de tratar, é uma situação que a nível nacional não está ainda plenamente
6 clarificada, há muitas dúvidas relativamente à questão destes procedimentos, quando é
7 que podem avançar, como, em que condições? O que é um facto é que o Contrato com a
8 Trevo está a terminar, os prazos foram ultrapassados, e temos necessidade de tratar duas
9 situações, e no caso de permitirem, passará a proceder à apresentação dos pontos
10 seguintes, que são a questão dos transportes públicos e o futuro procedimento da
11 concessão:

12 - “Fundamentalmente aquilo que tratámos com o Instituto de Mobilidade foi a
13 possibilidade de prorrogar o atual contrato que temos com a Trevo, até ficar resolvido o
14 problema do contrato público, que será demorado. Tivemos alguma dificuldade em
15 resolver este assunto. O Instituto de Mobilidade não tinha respostas diretas capazes para
16 resolver o assunto. Finalmente apontámos neste sentido, mas, depois levantou-se um
17 segundo problema, porque se fosse simplesmente a questão da prorrogação do contrato,
18 não seria um problema de maior, mas, entretanto, com a pandemia Covid, como é sabido,
19 foi imposto às transportadoras a redução do número de utentes por autocarro, passando a
20 lotação de cada autocarro para 1/3, naturalmente, a redução do número de passageiros é
21 tão significativa, que deve haver alguma compensação relativamente a essa situação.
22 Também aqui procurámos com o Instituto de Mobilidade encontrar as melhores soluções.
23 A solução encontrada, a nossa proposta, é que não teria que ser a Câmara a suportar
24 integralmente este custo adicional, mas que deveria haver aqui uma repartição do risco,
25 relativamente a esta matéria.

26 Propomos o seguinte: Um aumento da verba mensal que o município paga, mas esse
27 aumento cobrir apenas 20% da redução da lotação dos autocarros, em vez dos 33% que o
28 transportador colocava. Desta maneira, pareceu-nos haver aqui um equilíbrio entre as
29 necessidades do município, as necessidades do operador, sem afetar os utentes.

30 Relativamente à redução dos impostos, é uma situação um pouco mais complicada, uma
31 vez que estamos a falar de uma redução, que terá de ter um prazo na ordem dos 10 anos,
32 porque havendo uma concessão, como é evidente, tem que se prever um prazo de
33 amortização do equipamento, porque só desta forma será possível garantir que haja
34 concorrentes à concessão do serviço público.

35 Permitam-me fazer aqui uma pequena nota, para dizer que tivesse a Câmara condições, e
36 consideraríamos a possibilidade de administração direta, infelizmente a Câmara não tem
37 condições para fazer o investimento inicial, por ser pesado. Era uma solução que não
38 descartaríamos, se tivéssemos condições para o fazer, porque estamos convencidos que
39 tínhamos condições de fazer uma boa gestão, mas não havendo essa possibilidade, temos
40 que ir para concessão.

41 Nesta concessão há duas situações que temos que salvaguardar, a primeira questão tem a
42 ver com a relação do Plano de Mobilidade, que estamos a elaborar agora, e que queremos
43 assegurar que depois, existam as condições necessárias para corresponder àquilo que esse
44 Plano determinar.

45 A segunda questão é que tendo em conta as alterações climáticas, da situação da
46 descarbonização poder apontar para ter alguns carros elétricos, com toda a vontade de
47 termos um conjunto significativo de carros elétricos, contudo, o problema neste momento,
48 é que o custo seria de tal forma elevado, que ganharíamos carros elétricos, mas obrigaria
49 a uma tarifa de valor desproporcionado, que inevitavelmente contribuiria para a perda de
50 utentes nas linhas que temos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
Tivemos que encontrar uma situação de equilíbrio, o compromisso com a aquisição de alguns carros elétricos, para transitar no Centro Histórico, mas não podemos garantir, digamos assim, uma maior abrangência. Não quer isso dizer, que no futuro, se do ponto de vista económico a realidade vier a melhorar, como sabem agora a aposta está muito focada no hidrogénio e em outro tipo de substâncias, temos em aberto essa possibilidade.

11
12
13
14
15
16
É uma situação que ainda necessita, quer do parecer do Instituto de Mobilidade, quer da aprovação do Tribunal de Contas, naturalmente. É uma situação que não está garantida à partida, e que pode ainda ter alterações, dado haver uma grande incerteza dos próprios organismos nacionais quanto a esta matéria, admitindo que este processo seja mais difícil, mais complexo, do que aquilo que aparentemente poderia parecer”.

17
18
19
20
Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e colocou o assunto à apreciação da Assembleia, para discussão e apresentação de pedidos de esclarecimentos, tendo dado a palavra à eleita Maria da Nazaré Lança.

21
22
23
24
25
Sra. Maria da Nazaré Lança - A eleita desejou boa noite a todos e confessou que quando recebeu os documentos da Assembleia Municipal, por via de certidão, pensou ter havido um erro de escrita e que o contrato para os transportes da cidade de Évora iria começar em julho, mas posteriormente constatou ter-se enganado e que terá sido o término do contrato que levou o assunto a deliberação em Reunião de Câmara.

26
27
Considerou que um contrato de seis milhões de euros deveria ter sido acautelado atempadamente.

28
29
30
31
32
33
34
35
Relativamente à questão da mobilidade elétrica, não pode de todo concordar. Porque olhando para os critérios de adjudicação, para garantir a aceitação da proposta basta a aquisição de dois autocarros elétricos. Não podemos decidir apenas pela questão dos custos de aquisição constantes no contrato anterior, porque os custos de não utilização de outros combustíveis, como a utilização da eletricidade seriam muito inferiores. Nós estamos a falar de um contrato que entrará em vigor nunca antes de 2021, terminará em 2031 e temos dez anos em que não estamos a fazer nada de realmente efetivo para melhorar a nossa qualidade de ambiente, na cidade de Évora.

36
37
38
Considerou ser uma oportunidade perdida, porque não sabendo em concreto as dezenas de autocarros que fazem parte desta frota, adquirir dois autocarros elétricos, apenas para no concurso obter a pontuação mínima, ser ridículo.

39
40
Decidir estas questões apenas tendo em conta os critérios económicos, daqui a vinte anos, não teremos planeta para habitar.

41
42
Defendeu que todos devem dar um contributo e que a Câmara Municipal deveria dar esse exemplo.

43
44
45
Sr. Presidente da Assembleia Municipal – Agradeceu a intervenção da eleita Maria da Nazaré Lança e passou a palavra ao eleito Adelino Fonseca.

46
47
48
49
Sr. Adelino Fonseca – O eleito interveio para solicitar esclarecimentos, relativamente à diferença de valores existente entre o anterior contrato e o agora apresentado, quais os fundamentos que justificam esta diferença?

1 Relativamente ao Caderno de Encargos não encontrou no texto a indicação clara do
2 número de veículos a adquirir, se se verificar efetivamente esta omissão, ficará o
3 concessionário liberto do compromisso da renovação da frota.

4 Subscreeveu integralmente a intervenção anterior, proferida pela sua colega de bancada,
5 acrescentando a estranheza dos minibus não se encontrarem obrigados a possuir
6 extintores no seu interior, quando os outros veículos de transporte público de passageiros
7 terem essa obrigatoriedade.

8 Referiu também a questão do cumprimento dos regulamentos relativamente aos abrigos
9 passageiros instalados, dado não ser do seu conhecimento que as condições destas
10 instalações sejam objeto de alguma supervisão, ou fiscalização, por parte de alguma
11 entidade.

12
13 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção e passou a palavra à
14 eleita Ângela Caeiro.

15
16 **Sra. Ângela Caeiro** - A eleita acompanha a intenção de investimento em veículos
17 elétricos e deu como exemplo a recente aquisição pela Câmara Municipal do Porto de 81
18 autocarros a gás natural. Tendo concluído a aconselhar que todos temos que tentar seguir
19 o exemplo e dar um passo à frente, na preservação do meio ambiente.

20
21 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção e questionou se mais
22 algum membro da Assembleia pretende intervir, ou pedir algum esclarecimento, tendo a
23 bancada da CDU pedido a palavra.

24
25 **Sr. Presidente da Câmara** – Relativamente à questão da aquisição de autocarros
26 elétricos, obrigaríamos a custos elevadíssimos das viagens e passariam, por isso, a haver
27 um maior número de automóveis privados a circular na cidade. Passaríamos a ter custos
28 ambientais ainda mais acrescidos.

29 O que devemos procurar é baixar os custos das alternativas, para promover o uso dos
30 transportes públicos, não o seu contrário.

31 O custo de um autocarro elétrico ronda os 700/800 mil euros, para resolver isto como se
32 compreende, há que encontrar soluções.

33 O que propomos é adquirir os autocarros elétricos para servir o Centro Histórico, e
34 estamos convencidos, que proximamente, irão aparecer alternativas, também amigas do
35 ambiente e que por serem mais acessíveis, poderemos negociar.

36 O Contrato em referência tem a ver exatamente com a previsão do número de utentes, no
37 Contrato anterior havia uma previsão muito alta, que não se verificou, tivemos que
38 renegociar o contrato, e como é obrigatório fazer essa previsão ao Instituto da Mobilidade.

39 Quanto à questão dos extintores, informou que a Câmara Municipal segue as diretivas
40 que o Instituto da Mobilidade obriga, seguem-se as Normas que estão regulamentadas.

41 Quanto aos abrigos, há que negociar e perceber qual a solução mais económica, se será a
42 própria Câmara a ficar com essa responsabilidade, ou se será mais económico negociar
43 essa competência com a Empresa. É possível ainda negociar essa matéria no Contrato.

44 Relativamente à Fiscalização está claro na Lei, é à PSP que cabe fazer essa fiscalização
45 do cumprimento das Normas, e tem conhecimento que a PSP já o tem feito.

46 Concluiu afirmando ter a noção que respondeu a todas as questões que lhe foram
47 colocadas.

48
49 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tendo colocado o assunto à consideração da
50 Assembleia para discussão e auscultação das intervenções, verificando não haver mais

1 pedidos de uso da palavra por parte de nenhum dos membros da Assembleia,
2 seguidamente colocou o referido ponto: **Ponto II – 6. Procedimento de concessão do**
3 **serviço de transporte público de passageiros na cidade de Évora** a votação,
4 questionando quem vota contra, quem se abstém e quem vota favoravelmente?
5

6 **Deliberação da Assembleia Municipal - Ponto II – 6. Procedimento de concessão do**
7 **serviço de transporte público de passageiros na cidade de Évora** - Foi o ponto
8 aprovado, sem votos contra, com 17 abstenções (12 da bancada do Partido Socialista, 1
9 da Coligação Afirmar Évora, 1 do Bloco de Esquerda e 3 da bancada do PSD) e 14 votos
10 favoráveis (13 da bancada da CDU e 1 do MRPI).
11

12 **Ponto II – 7. Prorrogação do serviço de transporte público de passageiros regular**
13 **na cidade de Évora.**
14

15 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu colocando à consideração o **Ponto**
16 **II – 7. Prorrogação do serviço de transporte público de passageiros regular na**
17 **cidade de Évora**, tendo dado a palavra à eleita Maria da Nazaré Lança, a seu pedido.
18

19 **Sra. Maria da Nazaré Lança** – A eleita colocou dúvidas relativamente ao ponto agora
20 apresentado, o que se está efetivamente a votar. Referiu que o texto expresso na Ordem
21 de Trabalhos: - “Prorrogação do serviço de transporte público de passageiros regular na
22 cidade de Évora”. A questão que apresenta é que a prorrogação já é efetiva desde o dia
23 31 de julho. Neste momento até já nos encontramos no dia 1 de agosto e o término do
24 contrato foi no dia 31 de julho.
25

26 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão e intervenção dos
27 membros da Assembleia, que o pretendam fazer, não havendo intenção demonstrada
28 pelos eleitos de apresentar mais questões, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para
29 proceder à apresentação do mesmo.
30

31 **Sr. Presidente da Câmara** – Interveio para informar ser esta uma questão de facto
32 complexa. A Câmara Municipal está a tratar este processo há quase dois anos, e haveria
33 muito tempo para o tratar de forma atempada.

34 Infelizmente, tem havido muitas incertezas, o Instituto da Mobilidade também não tem
35 conseguido dar respostas concretas a dúvidas que temos colocado. Trata-se de um
36 problema que está a acontecer também em outros concelhos do país.

37 Com rigor, o prazo do contrato com a Trevo chegou ao fim e temos a expectativa que seja
38 aprovada esta prorrogação. A única salvaguarda que assegura a continuidade da prestação
39 do serviço é a que está prevista na Lei, dado tratar-se de um serviço de interesse público,
40 e ser argumento suficiente para fazer a prorrogação. O serviço está a ser prestado. Não
41 poderá haver mais pagamentos até termos o Visto Prévio do Tribunal de Contas.
42 Esperamos que seja aprovado sem problemas de maior.

43 Temos conhecimento que se encontram em preparação pelo Governo novos programas,
44 que por ainda não terem enquadramento legislativo, impedirão o Instituto de Mobilidade
45 de responder com firmeza às questões que a Câmara Municipal tem colocado, no decorrer
46 deste processo.

47 É esta a situação presente.
48

1 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu os esclarecimentos prestados e
2 questionou se mais algum membro da Assembleia pretende intervir, ou pedir algum
3 esclarecimento, tendo dado a palavra à eleita Maria da Nazaré Lança.

4
5 **Sra. Maria da Nazaré Lança** – A eleita questiona se a Assembleia vai deliberar, ou se
6 vai apenas ratificar uma decisão da Câmara Municipal, uma vez que a prorrogação já
7 existe, em termos efetivos, esta é a sua dúvida, acrescentando ainda que a deliberação da
8 Assembleia Municipal vai ter que ser presente ao Tribunal de Contas.

9
10 **Presidente da Câmara** – Esclareceu que não se trata de uma ratificação. Trata-se
11 efetivamente de um novo contrato que em rigor, deveria ter sido celebrado antes de
12 terminar o anterior, mas pelas razões que expôs anteriormente não foi possível fazê-lo.
13 Se for reprovado, iremos ter aqui um problema relativamente à prestação dos transportes
14 públicos em Évora, mas afirmou que não se trata de uma ratificação, é um processo novo.
15 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se haveria pedidos de uso da
16 palavra por parte dos membros da Assembleia e tendo verificado não haver, seguidamente
17 colocou o referido ponto a votação: **Ponto II – 7. Prorrogação do serviço de transporte**
18 **público de passageiros regular na cidade de Évora**, questionando quem vota contra,
19 quem se abstém e quem vota favoravelmente?

20
21 **Deliberação da Assembleia Municipal - Ponto II – 7. Prorrogação do serviço de**
22 **transporte público de passageiros regular na cidade de Évora** - Foi o ponto aprovado,
23 sem votos contra, com 16 abstenções (12 do PS, 1 Coligação Afirmar Évora e 3 do PSD)
24 e 15 votos a favor (1 Bloco de Esquerda, 1 MRPI, e 13 CDU).

25
26 **Ponto II – 8. - Modificações ao Plano de Pagamentos do ARD, celebrado com a**
27 **AdVT, no âmbito das medidas de resposta à pandemia COVID 19**
28 **(para conhecimento).**

29
30 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu colocando à consideração o Ponto
31 **II – 8. - Modificações ao Plano de Pagamentos do Acordo de Recuperação da Dívida,**
32 **celebrado com a AdVT, no âmbito das medidas de resposta à pandemia COVID 19**
33 **(para conhecimento)**, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dar
34 esclarecimentos relativamente a estas situações.

35
36 **Sr. Presidente da Câmara** – Informou que estas modificações ao Plano de Pagamentos
37 do Acordo de Recuperação da Dívida, tem fundamentalmente a ver com um adiar do
38 pagamento referente aos meses em que estivemos confinados, por força do Covid, e em
39 que houve um conjunto de medidas que procurámos, naturalmente, para aliviar a
40 tesouraria das empresas e os encargos do município, ver da possibilidade de podermos
41 não pagar, salvo erro serão ainda duas ou três prestações, e incorporar num plano de
42 pagamentos mais tarde.

43 Tomámos a iniciativa de solicitar este adiamento, na altura às Águas do Centro Alentejo,
44 ainda sem conhecer a nova legislação, tendo esta sido publicada mais tarde, pelo Governo.
45 Mas pedimos mais do que isso, pedimos também que, pelo menos neste período, fosse
46 reduzida a verba que nos é cobrada devido à entrada das águas pluviais nas ETAR's.
47 Era razoável que pudesse haver uma redução desse pagamento. Essa proposta não foi
48 aceite, tendo a Câmara Municipal definido os contornos em que seria possível apresentar
49 estas alterações. A apresentação destas alterações é o que aqui trazemos, para vos dar

1 conhecimento, uma vez que foi a Assembleia que aprovou o Plano de Pagamentos
2 acordado com as Águas do Vale do Tejo.

3
4 **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se os membros desta Assembleia
5 desejam pronunciar-se sobre o assunto apresentado: **II – 8. - Modificações ao Plano de**
6 **Pagamentos do ARD, celebrado com a AdVT, no âmbito das medidas de resposta à**
7 **pandemia COVID 19 (para conhecimento)**, não tendo havido pedidos de intervenção,
8 nem pedidos de esclarecimento.

9 Questionou a Assembleia relativamente à **aprovação da Ata em minuta**, se algum dos
10 membros discordava, tendo a Assembleia **deliberado favoravelmente por**
11 **unanimidade**.

12 13 14 **SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO**

15
16 Não se verificou nenhuma intervenção

17 18 19 20 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

21
22 O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos I: 1 e 2, bem como
23 os pontos II: 1, 2, 3,4,5, 6, 7 e 8 desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da
24 Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

25
26
27
28 Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu
29 por encerrada a sessão pelas uma hora e quinze minutos do dia seguinte, da qual e para
30 constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

31
32
33
34 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

35
36
37
38 
39 Carlos Alberto Gião Reforço

40
41
42
43 **A 1ª SECRETÁRIA**

44
45
46 
47 Ana Luísa Boto

O 2º SECRETÁRIO


Bruno Martins